



**Ana Catarina  
Antunes Da Mota**

**Cumprimento dos Requisitos de Divulgação de  
Provisões**



**Ana Catarina  
Antunes Da Mota**

## **Cumprimento dos Requisitos de Divulgação de Provisões**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo de Auditoria, realizada sob a orientação científica da Doutora Graça Maria Azevedo, Professora Coordenadora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e do Professor Jonas da Silva Oliveira, Professor Auxiliar no ISCTE Business School do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Dedico este trabalho à minha mãe porque sem o seu apoio este objetivo não seria possível. Obrigada mãe!

## **o júri**

Presidente

**Prof. Dr. João Francisco Carvalho de Sousa**  
Professor Adjunto da Universidade de Aveiro

Vogal-Arguente-Principal

**Professora Doutora Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis**  
Professora Coordenadora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Vogal- Orientador

**Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo**  
Professora Coordenadora s/ agregação da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Agradeço aos meus orientadores, Doutora Graça Azevedo e Doutor Jonas Oliveira, pela disponibilidade, comentários e sugestões pertinentes, pelo apoio, incentivo e compreensibilidade ao longo desta jornada.

À minha mãe, que me incentivou e apoiou na concretização deste objetivo, e, à minha irmã, ao meu pai e aos restantes familiares que sempre me deram força e motivação.

Às minhas amigas, Marina Conceição, Inês Santinha e Ana Maria Vieira, que sempre estiveram ao meu lado para que nunca desistisse.

À minha chefe e restante entidade patronal, com a sua compreensão tudo se tornou mais fácil.

A todos, o meu muito obrigada!

## **palavras-chave**

IAS 37, provisões, divulgação de informação, fatores explicativos

## **resumo**

O objetivo principal das normas internacionais é o desenvolvimento de normas de elevada qualidade, no sentido de aumentar a transparência da informação financeira, comparabilidade na elaboração das DF e a confiança na informação por parte dos investidores. Neste sentido, a divulgação da informação contabilística é um fator crítico, fruto de uma exigência progressiva por parte dos *stakeholders*.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação exigidos pela IAS 37, por parte das sociedades portuguesas com valores admitidos à negociação no mercado de valores mobiliário *Euronext Lisbon*, entre o período de 2005 a 2015. Este trabalho pretende também avaliar quais os fatores que influenciam o nível de divulgação.

Para o efeito, foi construído um índice de divulgação ao qual foi aplicado uma análise de conteúdo, sendo assim definida a variável dependente. Para a análise dos fatores determinantes foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla.

Os resultados da pesquisa indicam que a dimensão, o endividamento e a concentração acionista estão relacionados com o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação da IAS 37.

**keywords**

IAS 37, provisions, disclosure of information, explanatory factors

**abstract**

The main objective of international standards is the development of high quality standards, in order to increase the transparency of financial information, comparability in the preparation of DFs and confidence in investors information. In this sense, the disclosure of accounting information is a critical factor, the result of a progressive requirement on the part of the stakeholders.

In this context, the objective of this study is to evaluate the degree of compliance with the disclosure requirements required by IAS 37, by Portuguese companies listed on the Euronext Lisbon securities market, between 2005 and 2015. This study also aims at evaluating the factors that influence the level of disclosure.

For this purpose, a disclosure index was constructed to which a content analysis was applied, thus defining the dependent variable. For the analysis of the determinants, a multiple linear regression model was used.

The results indicate that size, indebtedness and shareholder concentration are related to the degree of compliance with the disclosure requirements of IAS 37.

## **Índice de Tabelas**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Definição da Amostra .....  | 34 |
| Tabela 2 – Distribuição da amostra setorial .....                                | 34 |
| Tabela 3 – Definição das variáveis independentes.....                            | 36 |
| Tabela 4 – Percentagem de cumprimento de cada item de divulgação da IAS 37 ..... | 40 |
| Tabela 5 – Estatísticas descritivas.....   | 43 |
| Tabela 6 – Resultados obtidos do cumprimento de divulgação de Provisões.....     | 45 |
| Tabela 7 – Análise da normalidade.....   | 47 |
| Tabela 8 – Análise de correlações.....   | 48 |
| Tabela 9 – Análise de regressão.....   | 51 |

## **Índice de Gráficos**

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Distribuição da amostra por setor de atividade.....                                 | 34 |
| Gráfico 2 – Percentagem do total de valores de provisões no balanço no período 2005 a 2015..... | 46 |

## **Índice de Quadros**

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Fatores explicativos e determinantes de divulgação..... | 31 |
|--|----|



## Lista de Abreviaturas

|         |   |
|---------|---|
| DF      | – Demonstrações Financeiras                                     |
| CESR    | – <i>Committee of European Securities Regulators</i>            |
| CNC     | – Comissão de Normalização Contabilística                       |
| DL      | – Decreto-Lei   |
| IAS     | – <i>International Accounting Standard</i>                      |
| IASB    | – <i>International Accounting Standard Board</i>                |
| IFRS    | – <i>International Financial Reporting Standard</i>             |
| CMVM    | – Comissão do Mercado Valores Mobiliários                       |
| ED      | – Exposure Draft  |
| NCRF    | – Norma Contabilística de Relato Financeiro                     |
| PME     | – Pequena e Média Empresa                                       |
| POC     | – Plano Oficial de Contabilidade                                |
| ROA     | – Rendibilidade do Ativo  |
| ROE     | – Rendibilidade do Capital Próprio                              |
| SNC     | – Sistema de Normalização Contabilística                        |
| UE      | – União Europeia  |
| US GAAP | – <i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i> |
| VIF     | – Valor Inflated Factors  |

# ÍNDICE GERAL

|  |           |
|--|-----------|
| Agradecimentos .....   | v         |
| Resumo .....   | vi        |
| Abstract .....   | vii       |
| Índice de Tabelas .....                                      | viii      |
| Índice de Gráficos .....                                     | viii      |
| Índice de Quadros .....                                      | viii      |
| Lista de Abreviaturas .....                                  | ix        |
| <b>1.Introdução.....</b>                                     | <b>1</b>  |
| <b>2. Enquadramento.....</b>                                 | <b>3</b>  |
| 2.1. Enquadramento normativo.....                            | 3         |
| 2.1.1. A nível internacional.....                            | 3         |
| 2.1.2. A nível nacional.....                                 | 10        |
| 2.2. Enquadramento teórico .....                             | 14        |
| 2.2.1. Divulgação da informação.....                         | 14        |
| 2.2.2. Teorias explicativas do grau de divulgação.....       | 18        |
| <b>3. Revisão da literatura.....</b>                         | <b>23</b> |
| 3.1. Fatores que influenciam a divulgação da informação..... | 23        |
| 3.1.1. Dimensão.....   | 23        |
| 3.1.2. Setor de atividade.....                               | 24        |
| 3.1.3. Rendibilidade.....                                    | 25        |
| 3.1.4. Nível de endividamento.....                           | 26        |
| 3.1.5. Liquidez.....   | 27        |
| 3.1.6. Concentração acionista.....                           | 27        |
| 3.1.7. Tipo de auditor.....                                  | 28        |
| 3.1.8. Independência do conselho de administração.....       | 29        |
| 3.1.9. Idade da empresa.....                                 | 30        |
| <b>4. Metodologia.....</b>                                   | <b>33</b> |
| 4.1. Amostra.....  | 33        |
| 4.2. Variável dependente.....                                | 35        |
| 4.3. Variáveis independentes.....                            | 36        |
| 4.4. Modelo Econométrico.....                                | 38        |
| <b>5. Análise de resultados .....</b>                        | <b>39</b> |
| 5.1. Análise descritiva.....                                 | 39        |
| 5.2. Análise Estatística da Normalidade.....                 | 46        |

|   |           |
|---|-----------|
| 5.3. Análise da Correlação.....             | 47        |
| 5.4. Análise de Regressão.....              | 49        |
| 5.5. Resultados dos Testes e Discussão..... | 52        |
| <b>6. Conclusão.....</b>                    | <b>55</b> |
| <b>7. Referências Bibliográficas.....</b>   | <b>57</b> |



## 1. Introdução

A crescente necessidade de divulgar informação financeira de qualidade, com transparência e que possa ser comparável para a promoção de mercados de capitais mais eficientes e competitivos, leva a que exista uma maior harmonização das regras contabilísticas.

Compreender os impactos e a incidência dos conceitos relacionados com a prática contabilística, com base no julgamento profissional, contribui para que os objetivos que estão por trás do processo de harmonização, designadamente, a efetiva comparabilidade do relato financeiro ao nível internacional, sejam mais facilmente atingidos (Marcelino, 2013).

As empresas estão motivadas a assumir voluntariamente as IAS, a fim de aumentar a sua exposição aos mercados estrangeiros, para melhorar o reconhecimento dos clientes, para garantir o capital estrangeiro, e reduzir os custos políticos ao se fazer negócios no exterior (El-Gazzar *et al.*, 1999).

Em Portugal e nos restantes países da UE, as sociedades com valores admitidos à negociação, no ano 2005, passaram a aplicar um único conjunto de normas, as ditas normas internacionais de contabilidade, elaboradas pelo IASB.

Este trabalho, cuja abordagem está diretamente relacionada com o impacto da adoção das normas internacionais contabilísticas nas empresas com valores admitidos à negociação, mais concretamente a IAS 37, tenciona demonstrar se as empresas cumprem com os requisitos de divulgação exigidos pela referida norma.

Dada a incerteza e o elevado grau de subjetividade das provisões, esta é uma temática que obriga os profissionais a formular juízos de valor, em bases probabilísticas relacionados com a ocorrência de eventos e obriga muitas vezes à determinação de estimativas. A escolha da referida norma representa, assim, um fator de motivação para a concretização deste estudo, particularmente no que diz respeito à ligação entre esta matéria e o seu impacto em termos de relato financeiro e da capacidade de influenciar a decisão dos utilizadores.

O objetivo deste trabalho passa por analisar o grau de cumprimento dos requisitos da divulgação previstos na IAS 37 do *International Accounting Standard Board* (IASB) pelas

empresas com valores admitidos à negociação na *Euronext Lisbon*, que apresentam contas consolidadas a 31 de dezembro.

À semelhança de outros estudos (Al-Shammari *et al.*, 2008; Ballas & Tzovas, 2010; Street & Gray, 2002) explorar-se-á o nível de divulgação das IAS, mais concretamente, dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37, e os fatores explicativos subjacentes.

Esta investigação pretende contribuir para a discussão sobre o grau de cumprimento da IAS 37 pelas empresas com valores admitidos à negociação em Portugal, bem como o conhecimento mais aprofundado dos fatores explicativos subjacentes.

Consequentemente, pretende-se dar resposta a duas questões de partida:

- Qual o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37, das empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon* que apresentam contas consolidadas, no período de 2005 a 2015?
- Quais os fatores corporativos que explicam esse grau de cumprimento?

Além desta introdução, é desenvolvida a revisão da literatura, sendo esta fragmentada no enquadramento normativo, no grau de cumprimento das divulgações, nas teorias explicativas do grau de divulgação e nas hipóteses de estudo; seguidamente descreve-se a análise empírica, estruturada pela metodologia e resultados de investigação; por último, expõem-se as conclusões de investigação, limitações e perspetivas futuras.

## **2. Enquadramento**

Neste capítulo pretende-se apresentar uma revisão teórica sobre a temática em estudo, ou seja, a divulgação das Provisões segundo a *International Accounting Standards* (IAS) 37 e o seu grau de cumprimento, pelo que se encontra estruturado em 4 secções. A secção seguinte sintetiza o processo de harmonização contabilística na ótica internacional e na ótica nacional. De seguida, apresenta-se uma breve análise da IAS 37. Na terceira secção é efetuada uma revisão de estudos sobre a divulgação da informação, e, por último uma breve apresentação das teorias explicativas associadas a este estudo.

A temática das Provisões tem levantado muitas questões ao longo dos anos e a sua subjetividade justifica-se pelo facto de estar associada a situações de incerteza.

Segundo Costa e Alves (1999), uma Provisão é considerado um Passivo que tem subjacentes três incertezas, ou seja, a ocorrência do acontecimento, a respetiva quantia e a data da transferência de benefícios económicos que liquida o Passivo subjacente.

### **2.1. Enquadramento normativo**

#### **2.1.1. A nível internacional**

Conforme Morais e Lourenço (2005, p. 27), a harmonização contabilística internacional tem sido alvo de muitas alterações, nos últimos anos. As autoras referem ainda que, “muitas organizações nacionais e internacionais, como o *International Accounting Standards Board* (IASB) ou a União Europeia (UE), estão envolvidas em processos de harmonização”.

O início da harmonização contabilística europeia decorreu da emissão de diretivas comunitárias (4ª Diretiva e a 7ª Diretiva) que os Estados-Membros deveriam transpor para o seu direito interno. Mais tarde, dado o facto de as diretivas não garantirem requisitos suficientes para efeitos de comparabilidade da informação financeira, a UE teve a necessidade de adotar um conjunto de normas que reunissem critérios mínimos de comparabilidade.

Porém, a possibilidade de conflito entre as IAS/IFRS e as Diretivas da UE e em face da eminência de as empresas europeias com valores cotados passarem a ter de preparar as suas contas consolidadas em conformidade com as IAS/IFRS, o mais tardar a partir de

Janeiro de 2005, a UE procedeu, através da Diretiva 2003/51/CE, de 17 de Julho, à alteração das Diretivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE, de forma a ver dissipadas todas as incoerências entre ambos os normativos (Pires & Rodrigues, 2005).

Com base nestas alterações foi emitido o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho. Através deste regulamento as empresas com valores mobiliários admitidos à negociação passaram a ser obrigadas a preparar as suas contas anuais consolidadas de acordo com um conjunto de normas contabilísticas, as IAS/IFRS (Almeida, 2010).

O Regulamento n.º 1606/2002, de 19 de julho de 2002, teve como objetivo a adoção e a utilização das normas internacionais de contabilidade na Comunidade, com vista a harmonizar as informações financeiras apresentadas pelas sociedades que elaborem contas consolidadas e cujos títulos sejam negociados publicamente, por forma a assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das demonstrações e, deste modo, um funcionamento eficiente do mercado de capitais da Comunidade e do mercado interno, com uma boa relação custo-benefício (Moraes & Lourenço, 2005).

Em 2003, após apreciação dos pareceres por parte do Comité Técnico Contabilístico, concluiu-se que as normas internacionais de contabilidade vigentes em 14 de setembro de 2002 respeitavam os critérios estabelecidos para a sua adoção conforme previsto no artigo 3º desse Regulamento. Nesse sentido, o Regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão, de 21 de setembro de 2003, veio adotar normas internacionais de contabilidade, dando assim concretização ao disposto naquele Regulamento. No entanto, não foram adotadas algumas normas. Este, mais tarde, foi substituído pelo Regulamento (CE) n.º 1126/2008, de 3 de novembro de 2008.

De seguida, a Comissão Europeia, após apreciar os pareceres apresentados pelo Grupo de Peritos Técnicos do EFRAG, alterou o regulamento de forma a incluir integralmente todas as normas apresentadas pelo IASB bem como todas as interpretações apresentadas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), com valores admitidos à negociação na Comunidade até 15 de outubro de 2008, exceto a IAS 39 (respeitante ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros), da qual foram supridas pequenas partes.



Em termos do normativo do tema em análise, a IAS 37, está relacionada com a problemática do reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes (Almeida *et al.*, 2012a).

No sentido de eliminar a diversidade de tratamentos contabilísticos nas normas emitidas sobre esta temática, o IASB e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), ambos organismos emissores de normas de Contabilidade, têm trabalhado em conjunto na garantia de uma maior convergência entre os dois normativos. Foi então realizado um projeto de revisão da IAS 37, que tinha como objetivos aperfeiçoar os critérios de reconhecimento de um passivo e a forma como este é mensurado, e ainda eliminar as diferenças entre a IAS 37 e as US GAAP que tratam esta matéria.

Neste sentido, em junho de 2005 foi publicado um *Exposure Draft* (ED) propondo a realização de alterações na IAS 37. Com o desenvolvimento do ED, as alterações propostas afetaram sobretudo as definições e critérios de reconhecimento, o esclarecimento dos requisitos de mensuração e ainda a clarificação do âmbito da norma IAS 37 e terminologia (Almeida *et al.*, 2012a, 2012b).

Após o recebimento de diversos comentários relativo a este ED e ao *Working Draft*, publicado em fevereiro de 2010, o processo ainda se encontra em curso relativamente à conclusão das deliberações da nova versão da norma IAS.

De seguida, apresenta-se de forma sucinta como a IAS 37 descreve os requisitos a serem cumpridos aquando da divulgação das provisões e contingências.

### ***International Accounting Standard 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes***

Esta norma tem como objetivo assegurar que são aplicados os critérios de reconhecimento e bases de valorização adequados às provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que é divulgada informação suficiente para que o utilizador possa compreender a respetiva natureza, tempestividade e valor.

A IAS 37 deve ser aplicada por todas as entidades na contabilização de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, exceto: os que resultem de contratos executórios, exceto quando for oneroso; e, os cobertos por uma outra Norma. Não se aplica esta Norma a instrumentos financeiros (incluindo garantias) que sejam aplicáveis

no âmbito da IAS 39 (*Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*) (IAS 37, §§ 1 e 2).

Segundo o parágrafo 10 da IAS 37, “uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia certa”. De acordo com o § 14 da IAS 37, uma provisão deve ser reconhecida quando:

- a) uma entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- b) seja provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Portanto, uma provisão apenas é reconhecida quando estas três condições são cumulativamente satisfeitas.

A primeira condição elencada na alínea a) indica que uma entidade tem de ter uma obrigação presente. Esta obrigação presente pode ser legal ou construtiva. Uma obrigação legal é aquela que é imposta por força da lei, de um contrato ou outra operação da lei. Uma obrigação construtiva é aquela que decorre de ações da entidade e que podem resultar de uma declaração pública ou de práticas passadas em que a entidade tenha criado a expectativa válida noutras partes de que aceitará e cumprirá certas responsabilidades.

Segundo o § 15 da IAS 37 um acontecimento passado dá origem a uma obrigação presente se “for mais provável do que não” que essa obrigação presente exista à data da demonstração da posição financeira, tendo em conta toda a evidência disponível.

Para que uma provisão se qualifique para reconhecimento precisa de existir não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar essa obrigação, conforme a condição elencada na alínea b). Assim, um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é considerado provável se o acontecimento é mais propenso do que não de ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o acontecimento ocorrerá for maior do que a probabilidade de não vir a acontecer (§ 23 da IAS 37).

Relativamente à condição enunciada na alínea c), é necessário existir uma estimativa fiável da quantia da obrigação para que se possa reconhecer uma provisão. Porém, por

vezes é necessário usar estimativas para o reconhecimento de certos passivos, como é o caso das provisões. A preparação das Demonstrações Financeiras (DF) com base em estimativas não prejudica a sua fiabilidade, desde que seja assegurado que essas estimativas sejam feitas com a maior exatidão possível, e nos casos em que tal não seja praticável estaremos perante um passivo contingente passível de ser divulgado (§ 25 da IAS 37).

Por conseguinte, uma provisão deve ser reconhecida nas DF se cumprir as três condições previamente enunciadas. Caso alguma das condições não seja cumprida, deve ser divulgado, nas notas, o respetivo passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos (§ 28 da IAS 37).

Por outro lado, quando surge um acontecimento não planeado ou outro não esperado que dê origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a entidade, deve ser divulgado um ativo contingente. Como exemplo, tem-se a reivindicação que uma entidade esteja a intentar por intermédio de processos legais, em que o desfecho é incerto.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas DF desde que possam resultar no reconhecimento de rendimentos não realizados. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, o ativo deve ser reconhecido de forma apropriada (§ 33 da IAS 37).

Após o reconhecimento da provisão é necessário mensurá-la. A IAS 37 identifica 5 fatores para efeitos de mensuração: a melhor estimativa, os riscos e incertezas, o valor presente, os acontecimentos futuros e a alienação esperada de ativos (§§36 a 52 da IAS 37).

Segundo o § 36 da IAS 37, a quantia reconhecida de uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração da posição financeira. A melhor estimativa de dispêndio é entendida como a quantia que uma entidade racionalmente pagaria para liquidar ou transferir a obrigação à data da demonstração da posição financeira. Estas estimativas envolvem necessariamente julgamentos efetuados pela opinião de peritos independentes. “Quando a provisão a ser mensurada envolva uma grande população de itens, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades

associadas” (§ 39 da IAS 37). A norma define este método estatístico de estimativa como o «valor esperado», ou seja, a quantia a provisionar varia consoante a probabilidade de uma perda ocorrer.

Para se chegar à melhor estimativa de uma provisão devem ser tidos em conta os riscos e incertezas (§42 da IAS 37), que inevitavelmente rodeiam muitos acontecimentos e circunstâncias. O risco “descreve a variabilidade de desfechos”, logo um ajustamento do mesmo pode aumentar a quantia pela qual é mensurado um passivo. Assim, é necessária atenção ao fazer juízos em condições de incerteza, de modo a que os rendimentos ou ativos não sejam subavaliados e os gastos ou passivos não sejam sobreavaliados. Porém, a incerteza não justifica a criação de provisões excessivas ou uma sobreavaliação deliberada de passivos (§ 43 da IAS 37).

Por outro lado, na mensuração do valor de uma provisão, há que ter atenção o facto de este ter em conta o efeito do valor temporal do dinheiro, se este for material (§ 45 da IAS 37). Neste caso, a quantia de uma provisão deve ser “o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação” (§ 45 da IAS 37). Para efeito do cálculo do valor presente deve ser utilizada uma taxa de desconto, sendo esta uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo (§47 da IAS 37). Este parágrafo salienta que as taxas de desconto não devem refletir riscos relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Ao mensurar as provisões, os acontecimentos futuros podem ser muito importantes, visto que estes podem afetar a quantia da provisão se existir uma evidência objetiva suficiente de que eles ocorrerão (§ 48 da IAS 37). A IAS 37 nos seus §§ 49 e 50 dá a título de exemplo, as alterações futuras de tecnologia ou o efeito de uma nova legislação, desde que a sua promulgação e implementação sejam virtualmente certas.

De acordo com os §§ 51 e 52 da referida norma, os ganhos da alienação esperada de ativos não devem ser tidos em consideração ao mensurar uma provisão, mesmo que a alienação esperada esteja intimamente ligada ao acontecimento que dá origem à provisão.

Quando for virtualmente certo que um reembolso é recebido por conta de uma provisão, o reembolso deve ser reconhecido como ativo separado, não devendo a quantia reconhecida para o reembolso exceder a quantia da provisão (§ 53 da IAS 37).

É, também relevante, verificar as provisões no fim de cada período de relato e ajustá-las de modo a refletir a melhor estimativa corrente (§ 59 da IAS 37). Caso deixe de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Conforme o § 62 da IAS 37, uma provisão apenas pode ser utilizada para os dispêndios que se relacionem com a origem da provisão sob pena de esconder o impacto de dois acontecimentos diferentes.

### **Passivos contingentes**

De acordo com o disposto no § 10 da IAS 37, entende-se por passivo contingente:

uma obrigação possível que surja de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque: não é provável que um exfluxo de recursos que incorporam benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Trata-se de um passivo que ainda não existe, mas admite-se que no futuro possam surgir acontecimentos que impliquem encargos para a empresa, pelo que devem ponderar-se os riscos futuros associados a esses exfluxos possíveis.

A particularidade de um passivo contingente é que este não deve ser reconhecido nas DF, mas sim divulgado nas notas, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos (§ 27 e 28 da IAS 37). Se, contudo, se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para uma situação previamente tratada como um passivo contingente, deve ser reconhecida uma provisão nas DF do período em que ocorra a alteração na probabilidade, exceto nas circunstâncias extremamente raras em que não possa ser efetuada uma estimativa fiável (§ 30 da IAS 37).

## **Ativos Contingentes**

O § 4.4. da Estrutura Concetual (EC) do IASB define ativos como recursos controlados por uma entidade em resultado de eventos passados e dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos no futuro. Quando a probabilidade de ocorrência de um ativo é apenas possível, deverá ser identificado como ativo contingente. De acordo com o § 10 da IAS 37 um ativo contingente é:

um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

### **2.1.2. A nível nacional**

A contabilidade em Portugal, quanto à tomada de decisões, apresentava algumas limitações. Uma destas limitações remete para o facto de a contabilidade não divulgar informações mais recentes e o utente das DF pretende receber informações relevantes, que lhe permita analisar o desempenho da empresa no futuro (Alfaiate, 2012).

O processo de normalização contabilística em Portugal, desde 1976, tem evoluído ao longo de várias fases. Primeiro, foi criada a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e publicado o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

O primeiro POC em Portugal surgiu em 1977 e denotava uma forte influência francesa. Ao longo dos anos a CNC foi complementando o POC, minimizando assim as suas lacunas em termos de normalização, através da emissão de várias diretrizes contabilísticas, muitas delas baseadas nas normas internacionais, com o objetivo de acompanhar os desenvolvimentos internacionais no âmbito da harmonização contabilística (Morais & Lourenço, 2005).

Segundo Moraes e Lourenço (2005), a partir de 1986, data em que Portugal aderiu à UE, o território passou a estar abrangido pelo disposto nas Diretivas Comunitárias; tendo sido a CNC encarregue de transpor para o cenário interno as Diretivas que tratassem matérias relacionadas com a contabilidade. Desta forma, após análise do POC/77, a CNC considerou que, face à sua desatualização, era válido o ajustamento do POC à nova realidade (Saraiva & Alves, 2015). Houve também um ajustamento do normativo nacional

às diretivas comunitárias revistas na sequência do processo de diminuição das diferenças entre estas e as normas do IASB.

A Portaria n.º 819/80, de 13 de Outubro, definiu, pela primeira vez, as atribuições e o sistema de organização e funcionamento da CNC. No entanto, a CNC apenas viria a ser constituída três anos mais tarde - por Aviso publicado no n.º 75 da II Série do Diário da República de 31 de Março de 1983.

Posteriormente, a Portaria n.º 262/87, de 3 de Abril, revogou a Portaria n.º 819/80, de 13 de Outubro, e redefiniu as atribuições e o funcionamento da CNC. O Decreto-Lei n.º 47/77 foi, entretanto, revogado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, que aprovou o POC/89.

A CNC começa a emitir Diretrizes Contabilísticas (DC). As DC são o reflexo dos primeiros esforços da CNC para adotar as principais linhas contabilísticas internacionais.

O DL 35/2005, de 17 de fevereiro, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2003/51/CE, tendo criado um quadro jurídico nacional integrado no regime contabilístico previsto no Regulamento (CE) 1606/2002.

Em outubro de 2006 a CNC emite a proposta do novo Sistema de Normalização Contabilística que visa a substituição do POC. Dentro desse modelo optou, não por elaborar de raiz novas normas mas, por adaptar as IAS à realidade nacional. Algumas normas emitidas pelo IASB foram adaptadas pela CNC, para serem integradas no normativo nacional (2º nível de normalização), por se entender que seriam aquelas que maior utilidade teriam para a generalidade das empresas nacionais.

No entanto, na realidade, estavam previstos três níveis de Normalização: integrando no primeiro nível as empresas com valores cotados, adotando estas as IAS/IFRS; o segundo nível seria composto pelas empresas com valores não cotados, que aplicariam o SNC, ou, em alternativa, as IAS/IFRS, se estivessem em condições de optar; o terceiro nível seria constituído pelas empresas consideradas Pequenas Entidades e consistiria numa simplificação do segundo nível, para organizações com menores necessidades em termos de relato financeiro (Saraiva & Alves, 2015).

Verifica-se assim que, a obrigatoriedade de as empresas com valores cotados adotarem, a partir de 2005, as IAS/IFRS na preparação das contas consolidadas, alavancou a necessidade de se alterar o sistema contabilístico português para o adaptar ao normativo

internacional e assim evitar assimetria na informação produzida pelos dois normativos contabilísticos. Neste sentido, a CNC elaborou uma proposta de um novo modelo de normalização, o SNC, aderente ao modelo do IASB adotado na UE e que assenta em dois níveis hierárquicos de normalização ajustados às diferentes necessidades dos utilizadores da informação financeira. O primeiro nível, correspondente às IAS e IFRS no seu estado original, aplicável às empresas cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro da UE. O segundo nível, aplicável às restantes empresas as quais passam a utilizar Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que correspondem a IAS e IFRS adaptadas às menores exigências de relato financeiro e à menor dimensão destas empresas (Bianchi, 2009).

Dada a adaptação das IAS/IFRS, apresentam-se algumas diferenças entre estes dois conjuntos de padrões contabilísticos. Por exemplo, embora a regulação internacional do IASB não estabeleça uma tipologia das provisões, o SNC acrescenta uma classificação das disposições em que as várias rubricas se baseiam nas disposições mais comuns, nomeadamente no que se refere a riscos fiscais, garantias, riscos legais (litígios), benefícios a empregados e outras provisões de pessoal, riscos ambientais, contratos onerosos, reestruturação e outros (Cruz, 2007).

Com a entrada do SNC em Portugal a 1 de janeiro de 2010 através do Decreto-Lei (DL) n.º 158/2009 de 13 de julho de 2009, que aprova o SNC, torna-se relevante obter um melhor entendimento do conceito de provisões, agora mais pormenorizado pela NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A NCRF 21 baseia-se na IAS 37, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) nº 11/2008 da Comissão de 3 de novembro.

Em termos das principais DF, a alteração prende-se com o facto de, a partir de 1 de janeiro de 2005, deixar de existir provisões no ativo (contas “19 – Provisões para aplicações de tesouraria”, “28 -Provisões para cobranças duvidosas”, “39 – Provisões para depreciação de existências” e “49 – Provisões para investimentos financeiros”), prescrevendo que as provisões não podem ter por objeto corrigir os valores dos elementos do ativo.

A partir destas alterações, as provisões passam a ser registadas apenas no passivo, que nos termos do item 2.9. – Provisões, são objeto de reconhecimento das responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço



sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência, não podendo ultrapassar as respectivas necessidades. Ou seja, apenas se evidenciam as provisões do passivo (anteriormente designada de “Provisões para riscos e encargos” agora intitulada de “Provisões”) (Guimarães, 2011).

### **Comparação IAS 37 vs NCRF 21**

Apesar da NCRF 21 ser praticamente uma transcrição da IAS 37, existem algumas divergências entre estes dois referenciais contabilísticos.

Tal como refere Almeida, Dias, Albuquerque, Carvalho, Pinheiro e Marcelino (2012, p. 36), *“o texto base da NCRF 21 em vigor corresponde ao da norma internacional incorporada na EU através do Regulamento (CE) n.º 1126/2008. No entanto, a norma nacional não incorporou o texto base na totalidade”*.

Esta norma não incorporou as alterações ao Regulamento (CE) n.º 1725/2003 relativamente às alterações da terminologia sendo determinada como a mais relevante por Almeida *et al.* (2012) a substituição do termo “*provável*” por “*propenso*” em algumas passagens da norma.

Ao analisarmos a NCRF 21 e a IAS 37, no parágrafo 15 a) da NCRF 21 relativo às obrigações presentes verifica-se a seguinte redação: *“(…) quando seja mais provável do que não que uma obrigação presente exista à data do balanço”*. O texto base correspondente à IAS 37 incorporado através do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 no parágrafo 16 substitui o termo provável por propenso. No mesmo sentido a norma nacional não adotou o termo propenso na seguinte passagem *“(…) se o acontecimento for mais provável do que não”*.

De acordo com Almeida *et al.* (2012, p.38), a “norma internacional endossada pela UE apresenta-se mais elucidativa no tratamento de algumas matérias com exemplos e citações de reforço não incorporadas no normativo nacional (...)”. Estes excertos adicionais explicam o facto de não existir equivalência entre a numeração dos parágrafos da NCRF 21 e da IAS 37, sendo então a IAS 37 mais completa.

Tal como é referido pelos autores e de acordo com a análise efetuada as substituições de termos utilizados e os reforços efetuados na IAS 37 são irrelevantes para o correto tratamento das provisões ao abrigo da NCRF 21.

## **2.2. Enquadramento teórico**

### **2.2.1. Divulgação da informação**

A divulgação de informação por parte das organizações nos relatos financeiros constitui uma das formas de comunicação mais importantes de que os gestores dispõem na relação com os investidores e mercado em geral (Branco & Góis, 2013).

A divulgação de informação apresentada nas demonstrações financeiras e nos relatórios são instrumentos úteis para as empresas, pois, possibilitam a redução da assimetria de informação, assim como a redução dos custos de agência. A maior parte dessa informação é regulada por normas contabilísticas emitidas por organismos internacionais (IASB/FASB), que tencionam promover a aceitação dessas normas a nível mundial, “de modo a atingir a harmonização ou a convergência internacional das práticas de elaboração da informação financeira” (Marques, 2015, pág. 1).

Vários são os autores que estudaram o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação das práticas contabilísticas obrigatórias e/ou facultativas e seus fatores explicativos, de entre os quais se expõem: Hossain, Perera e Rahman (1995), Owusu-Ansah (1998), Street e Gray (2002), Guerreiro (2006), Al-Akra et al (2010), Mutawaa (2010), Lopes e Rodrigues (2007), Ballas e Tzovas (2010), Michaïlesco (1999), Adelopo (2011), Branco e Góis (2013).

Hossain, Perera e Rahman (1995) a partir de uma amostra aleatória de 55 empresas com valores admitidos à negociação na *New Zealand Stock Exchange*, averiguaram a relação entre o nível de divulgação de informação voluntária e os fatores que determinam tal divulgação como é o caso da dimensão, tipo de auditor e endividamento, tendo concluído que o nível de divulgação varia com a dimensão das empresas, pois as empresas com maior dimensão, em geral, divulgam mais que as empresas de menor dimensão.

Owusu-Ansah (1998), analisou o impacto de alguns atributos corporativos no cumprimento da divulgação obrigatória nas empresas com valores admitidos à negociação na Zimbabwe Stock Exchange (ZSE). Como fatores corporativos, o autor analisou a dimensão, qualidade do auditor externo, estrutura de propriedade das ações emitidas, o tipo de indústria, a idade da empresa, a afiliação das empresas multinacionais, a rentabilidade e a liquidez. Os resultados da análise de regressão

indicaram que cada fator tinha um impacto diferente na divulgação obrigatória. Os fatores idade da empresa, rentabilidade e afiliação das empresas multinacionais são positivamente significantes a um nível de significância de 5%, 10% e de 1%; por outro lado, a qualidade do auditor externo, o tipo de indústria e a liquidez não tiveram qualquer significância nos três níveis de significância.

Street e Gray (2002) analisaram a relação existente entre determinadas características empresariais, como a dimensão, a variável empresas com valores cotados em várias bolsas estrangeiras, a rentabilidade, a indústria, o tipo de auditor, o país de origem, entre outras, e o cumprimento das IAS/IFRS por empresas de diversos países que referiam utilizar estas normas nas suas DF. As conclusões apontam para maiores níveis de cumprimento por parte de empresas com valores cotados internacionalmente, auditadas por empresas multinacionais de auditoria, que pertencem às indústrias de transportes, telecomunicações e eletrónica, que referiam utilizar exclusivamente as IAS/IFRS, e que pertencem a determinados países, como a China e a Suíça.

O estudo de Guerreiro (2006) incidiu sobre as empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon* em 31 de dezembro de 2004. Pretendia verificar se as empresas seguiram a Recomendação de divulgação de informação quantitativa do *Committee of European Securities Regulators* e quais as características das empresas com maiores níveis de divulgação. Com base em análises univariadas, bivariadas e multivariadas, a autora observou que apenas uma minoria das empresas seguiu a Recomendação, tendo a maioria optado por fornecer informação qualitativa sobre o impacto das IFRS. Ainda, concluiu que as empresas com maior dimensão, maior nível de internacionalização comercial, auditadas por empresas multinacionais de auditoria e com menores rácios de endividamento, são as que têm maior nível de divulgação.

Lopes e Rodrigues (2007), tendo em conta a adoção obrigatória das IAS/IFRS a partir do ano de 2005 para as empresas com valores admitidos à negociação, estudaram as características das empresas que estavam mais próximas das exigências de divulgação das IAS/IFRS relacionadas com instrumentos financeiros. Para tal, selecionaram todas as empresas com valores admitidos à negociação na *Euronext Lisbon*, em 31 de dezembro de 2001, ou seja, 55 empresas, em que 29% do total da amostra se enquadrava no setor industrial e 20% no setor financeiro. Foi utilizada como metodologia a análise de conteúdo. Os autores concluíram que existia falta de normalização contabilística para instrumentos financeiros em Portugal, nomeadamente no que diz respeito aos derivados.

Por outro lado, verificaram que as empresas têm vindo a adotar os requisitos das IAS/IFRS na contabilização de instrumentos financeiros.

Al-Akra *et al.* (2010), investigaram a influência dos regulamentos de divulgação contabilística, das reformas governamentais que resultam de privatizações na conformidade da divulgação obrigatória de empresas com valores cotados da Jordânia, para os anos de 1996 e 2004. A amostra incidiu em empresas não financeiras com valores cotados na bolsa de valores de Amã. O total de empresas não financeiras com valores cotados na bolsa de Amã em 1996 era de 108. No entanto, para o ano 1996, apenas foram obtidos dados completos de 94 relatórios anuais. Em 2004, desses 94 relatórios, apenas se recolheu dados de 80 empresas.

Foi elaborada uma lista relativa às divulgações usadas pelas IAS/IFRS, com o intuito de saber se a empresa divulgava ou não o item obrigatório. A par deste estudo, os autores elaboraram uma regressão múltipla para analisar as variáveis que influenciaram o nível de divulgação obrigatória em cada ano do estudo. As variáveis em análise foram: presença de administradores não executivos; presença de comissão de auditoria; tamanho do conselho de administração; estrutura proprietária (privada vs pública); e atributos corporativos, como: dimensão da empresa, endividamento, rentabilidade, liquidez, tipo de auditor, setor de atividade, empresa com valores cotados em mercados financeiros e antiguidade da empresa.

Assim, os autores concluíram que o cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória aumentou significativamente durante o período de tempo do estudo. Atendendo ao modelo de regressão múltipla, em 1996 o endividamento a longo prazo era considerado uma variável significativa com influência no cumprimento dos requisitos enquanto que, em 2004 a dimensão, tipo de auditor, presença de uma comissão de auditoria e rácios de liquidez surgiram como fatores determinantes. A estrutura societária e a presença de diretores não executivos no conselho foram consideradas variáveis insignificantes.

Mutawaa (2010) investigou empiricamente o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação da IAS 12 em empresas com valores cotados no Kwait, para o ano de 2006. Além disso, este estudo investiga a associação entre sete características empresariais e o nível de cumprimento. Para analisar a associação entre as características corporativas das empresas e o grau de conformidade com os requisitos de divulgação, o autor utilizou o modelo de regressão múltipla. Os fatores analisados foram: dimensão da empresa, rentabilidade, endividamento, liquidez, tipo de indústria, tipo de auditor e antiguidade da

empresa. Da análise das variáveis o autor verificou que apenas a dimensão da empresa e o setor de atividade têm associação positiva com as divulgações exigidas na norma. Todas as outras variáveis independentes foram estatisticamente insignificantes.

Ballas e Tzovas (2010), investigaram a conformidade das empresas gregas com os requisitos de divulgação das IFRS e a sua relação com as características perfil de cotação, setor de atividade, dimensão e rentabilidade.

Através de uma *checklist* dos requisitos de divulgação preparado para as PME's, calcularam um índice de divulgação para uma amostra de 32 empresas gregas, 16 com valores cotados e 16 com valores não cotados, para o ano de 2006. Posteriormente, realizaram uma análise univariada e uma regressão múltipla, que permitiram concluir que as empresas com maior dimensão apresentam uma taxa de conformidade dos requisitos divulgação maior face às empresas com menor dimensão, bem como as empresas com valores cotados; também o perfil de cotação influenciou positivamente o cumprimento dos requisitos de divulgação. Por outro lado, as variáveis rentabilidade e setor de atividade não parecem ter qualquer significância na explicação da conformidade dos requisitos de divulgação. Os autores concluíram que, em média, as empresas cumprem cerca de dois terços dos requisitos de divulgação.

Michaïlesco (1999), teve como objetivo relatar a qualidade da divulgação nos relatórios anuais de empresas com valores cotados na França de possíveis determinantes que representam a teoria da agência, com base numa amostra de 100 empresas industriais e comerciais, no período 1991 a 1995. A autora criou um índice de qualidade da divulgação com base nas expectativas e opiniões dos analistas financeiros franceses sobre a informação divulgada no ano da realização deste estudo.

As variáveis independentes e as relações esperadas com qualidade de divulgação foram avaliadas por meio de análises univariadas e multivariadas. Contudo, apenas a cotação nacional e estrangeira é validada estatisticamente durante o período 1991-1995. A hipótese do financiamento externo é validada em 1995 (utilizando o rácio Passivo/ Ativos Totais) e foi rejeitada em 1991 e 1992 (utilizando o rácio Ativo/ Capital Próprio). A variável difusão da propriedade não foi validada, mas foi encontrado um sinal positivo ao longo do período em análise. A hipótese da rentabilidade não foi validada, pois, o sinal esperado foi rejeitado.

Adelopo (2011), com base numa amostra de 63 empresas com valores não admitidos à negociação na *Nigeria an Stock Exchange*, para o ano de 2007, analisou as práticas da divulgação voluntária das empresas com valores cotados na Nigéria e a sua relação com fatores explicativos, entre os quais: a dimensão da empresa, tipo de auditor, rentabilidade (medida pelo ROA) e a concentração acionista. O autor a partir do modelo de regressão múltipla observou que existe uma relação positiva entre a divulgação voluntária e a dimensão da empresa e o tipo de auditor. Por outro lado, verificou que o ROA tem uma associação negativa com a divulgação voluntária, tendo sido esperada uma relação positiva. Quanto à variável concentração acionista, verificou que esta está significativamente relacionada com a divulgação voluntária, mas é sensível à definição do tamanho e desempenho da empresa.

Branco e Góis (2013), avaliaram o nível de divulgação voluntária por parte das empresas em Portugal e analisaram os seus determinantes. Para o efeito, criaram um nível de divulgação através da análise de relatórios de gestão e relatórios do governo das sociedades referentes ao exercício findo no ano de 2010 de todas as empresas com valores cotados no mercado contínuo da *Euronext Lisbon* a 31 de dezembro de 2010, excluindo o setor financeiro. Relativamente aos determinantes em análise foram estudadas determinadas características das empresas, como o tamanho, a rentabilidade, o endividamento, a concentração de capital e o setor de atividade. Os autores verificaram que o valor do índice de divulgação aumenta à medida que também aumenta o tamanho da empresa e, por outro lado, diminui à medida que aumenta o nível de endividamento da empresa, sendo estas duas variáveis fatores determinantes na divulgação do nível de informação divulgada.

### **2.2.2. Teorias explicativas do grau de divulgação**

No que diz respeito à divulgação da informação, muitos foram os autores que tiveram por base diversas teorias, nomeadamente, a *Positive Accounting Theory* (Ventura, 2015; Guerreiro, 2006), a Teoria da Agência (Lopes & Rodrigues, 2007; Oliveira, Rodrigues & Craig, 2006; Guerreiro, 2006), a Teoria da Sinalização (Lopes & Rodrigues, 2007; Ereira, 2007) e a Teoria dos Custos Políticos (Lopes & Rodrigues, 2007).

Com o intuito de suportar o nosso estudo, faremos de seguida um enquadramento sobre estas teorias de forma a definirmos, com mais coerência, as nossas hipóteses de investigação.

### **a) *Positive Accounting Theory* (PAT)**

A *Positive Accounting Theory*, segundo Watts e Zimmerman (1978), permite compreender os incentivos que conduzem à divulgação voluntária de informação, assim como compreender as motivações que levam os gestores a adotar determinadas práticas contabilísticas em detrimento de outras, além disso, a teoria positiva procura descrever de que forma os gestores decidem o tipo de informação que devem divulgar de modo a serem atingidos os seus objetivos. Tendo como base a teoria da agência, um dos pressupostos da teoria positiva da contabilidade é o de que os indivíduos agem em função de interesses pessoais, procurando maximizar o seu bem-estar (Jensen & Meckling, 1976).

Guerreiro (2006) fundamentou: “(...), a teoria positiva da contabilidade enunciada por Watts e Zimmerman (1978) argumenta que empresas com características diferentes adotam práticas distintas de mensuração e divulgação”.

Neste sentido, pretende-se analisar quais as características das empresas portuguesas com valores cotados que apresentam maiores níveis de divulgação de informação sobre a adoção da IAS 37, entendendo-se por nível de divulgação, a quantidade de informação divulgada.

### **b) Teoria da Agência**

Diversos foram os autores que abordaram esta teoria, no entanto, quem definiu, pela primeira vez foram os autores Jensen e Meckling (1976).

A Teoria da Agência pode ajudar na compreensão das motivações que os gestores têm para divulgar informação de forma voluntária. A relação de agência é definida como um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o principal) contratam outra pessoa (o agente) para realizar determinado serviço em seu nome e que envolve a delegação de alguns poderes de decisão que conferem autoridade ao agente (Jensen & Meckling, 1976, pág. 5).

Para os autores da Teoria de Agência (Jensen & Meckling, 1976), um elevado nível de endividamento conduz à existência de maiores custos de agência, e uma das formas de reduzir esses custos é através da divulgação da informação por parte das empresas. Assim, de acordo com os autores, empresas com maior nível de endividamento tendem a

divulgar mais informação. Esta situação permitirá aos credores obterem mais confiança, bem como anular a transferência de riqueza dos credores para os acionistas.

Também Lopes e Rodrigues (2007) abordaram esta teoria e referiram que a gestão da empresa pode estar relacionada com as práticas de divulgação, referindo que são necessárias pessoas independentes para monitorizar e controlar as ações de terceiros. Por outro lado, Oliveira *et al.* (2006), referem que a divulgação funciona como um mecanismo para controlar o desempenho de um gestor e que os gestores são estimulados a divulgar informação voluntariamente para manterem as suas posições e os acordos de compensação estabelecidos.

### **c) Teoria da sinalização**

De acordo com Morris (1987), a teoria da sinalização trata dos problemas de assimetria de informação nos mercados e procura demonstrar como ela pode ser reduzida com sinalização de mais informação.

A teoria da sinalização defende que quando se trata da escolha das práticas contabilísticas, as empresas com nível de qualidade elevado, optarão por aplicar políticas contabilísticas que demonstrem essa qualidade superior ao serem reveladas, ao invés disso, as empresas de baixo nível de qualidade, irão escolher métodos que possam camuflar essa baixa qualidade (Ereira, 2007).

Lopes e Rodrigues (2007) referem que esta teoria é aplicada aos mercados de capitais desenvolvidos, mas não explica totalmente as práticas de contabilização e de divulgação em Portugal, devido às características específicas das empresas portuguesas, como por exemplo, o alto grau de gestão familiar. Verificamos assim que, de acordo com esta teoria, os gestores têm vantagem sobre os acionistas quanto ao acesso à informação, divulgando mais informação e sinalizando a “melhor” informação.

### **d) Teoria dos Custos Políticos**

Esta teoria sustenta que a empresa enfrenta custos como resultado da atenção que sobre ela recai por parte do Estado ou de grupos, sob a forma de aumento de impostos e taxas, pagamentos ou sabotagens aos seus produtos. Esta teoria é normalmente utilizada em estudos de investigação sobre a variação do nível de divulgação quando está em causa a dimensão como variável explicativa da divulgação.



Watts e Zimmerman (1978) referem que as empresas com maior dimensão, rentabilidade e risco têm custos políticos mais elevados, pois são mais sensíveis ao olhar do público. Isso proporciona que as empresas apliquem políticas ajustadas pela contabilidade e forneçam uma maior divulgação voluntária. Paralelamente, o tipo de setor também está relacionado. O facto de pertencer a determinado setor económico faz com que as empresas tenham algumas práticas de divulgação, a fim de evitar esses custos.

Segundo Lopes e Rodrigues (2007) a teoria dos custos políticos, tal como a teoria da agência, poderá explicar os motivos da divulgação da informação a par com os fatores explicativos do nível de divulgação de informação, como o tamanho, a rentabilidade, o endividamento e o setor de atividade.



### **3. Revisão da literatura**

Ao longo dos últimos anos, têm sido realizados diversos estudos de investigação acerca dos fatores que influenciam a divulgação financeira, em diversos países da União Europeia e também por todo o mundo. Portanto, e tendo em conta os objetivos deste trabalho, apresentam-se vários estudos que analisaram o nível de divulgação da informação bem como as variáveis que influenciam o mesmo.

#### **3.1. Fatores que influenciam a divulgação da informação**

##### **3.1.1. Dimensão**

As empresas com maior dimensão tendem a divulgar mais informação, uma vez que a sua competitividade é menos afetada do que a das empresas de pequena dimensão, cuja informação financeira constitui uma das mais importantes fontes de informação para a concorrência (Al-Shammari et al., 2008; Ballas & Tzovas, 2010; Oliveira et al.; 2006; Wallace et al., 1994).

Segundo a teoria da agência, as empresas de maior dimensão estão associadas a maiores custos de agência (Jensen & Meckling, 1976), dado estarem perante maiores conflitos de interesses entre os gestores e os acionistas/vendedores.

Watts e Zimmerman (1978), referem que as empresas com maior dimensão têm custos políticos mais elevados, pelo que tendem a divulgar mais informação financeira para aumentar a confiança na empresa e reduzir esses custos políticos. Para reduzir os custos políticos, as grandes empresas pretendem assegurar que os valores contabilísticos divulgados nas suas demonstrações financeiras são credíveis (Lopes & Rodrigues, 2007). As empresas conseguem gerar essa credibilidade através da preparação das DF de acordo com as IAS/IFRS, cumprindo-as (Guerreiro, Rodrigues & Craig, 2008).

Atendendo a estudos de divulgação obrigatória, Wallace *et al.* (1994) concluíram que a dimensão, quer seja medida pelo total de ativos ou pelo volume de negócios total, é uma variável importante associada ao nível das divulgações.

Adelopo (2011), referiu que empresas com maior dimensão tendem a divulgar de forma mais voluntária do que as empresas com menor dimensão.

Diversos autores, Cooke (1992), Hossain, Perera e Rahman (1995), Owusu-Ansah (1998), Oliveira *et al.* (2006), Al-Shammari *et al.* (2008), Ballas e Tzovas (2010) constataram que o fator dimensão tem uma relação positivamente significativa com a divulgação da informação.

Atendendo aos resultados obtidos nos estudos referidos anteriormente, formula-se a seguinte hipótese:

***H1: O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está associado positivamente com a dimensão da empresa.***

### **3.1.2. Setor de atividade**

A relação entre o setor e a divulgação pode ser explicada pela teoria dos custos políticos. As empresas do mesmo setor de atividade têm interesse em manter o mesmo nível de divulgação para evitar a apreciação negativa no mercado (pressões competitivas), conforme afirmam Lopes e Rodrigues (2007). Portanto, supõe-se que empresas do mesmo setor adotem comportamentos semelhantes em relação à informação que reportam para os *stakeholders* (Watt's & Zimmerman, 1978).

Rahman *et al.* (2002), argumentam que a influência do setor de atividade nas práticas contabilísticas e divulgações poderão estar relacionadas com outras características das empresas nomeadamente a dimensão e a perspetiva de crescimento.

De acordo com a teoria da sinalização (Ross, 1977), a informação divulgada pelas empresas reduz a assimetria de informação, o que será interpretado como um sinal positivo para o mercado. Assim, as empresas que pertencem ao mesmo setor de atividade têm interesse em divulgar o mesmo nível de divulgação das empresas concorrentes de modo a não serem prejudicadas na avaliação efetuada pelo mercado (Guerreiro, 2006).

Lopes e Rodrigues (2007), Oliveira, Rodrigues e Craig (2006), verificaram que existe uma forte relação entre a variável setor e o índice de divulgação. Mutawaa (2010) encontrou uma associação significativa entre o setor de atividade e o nível de divulgação dos requisitos exigidos nas IAS/IFRS. Contudo, Guerreiro (2006) e Al-Akra *et al.* (2010), não encontraram evidências de tal associação.

Perante os resultados obtidos nos estudos anteriores, formulou-se a seguinte hipótese:

**H2:** *O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está associado com o setor de atividade.*

### **3.1.3. Rendibilidade**

De acordo com a teoria da agência, os gestores das empresas rentáveis divulgam informação mais detalhada para aumentar a confiança dos investidores e apoiar as suas posições e acordos de compensação (Al-Akra *et al.*, 2010; Ballas & Tzovas, 2010).

Michaïlesco (1999), afirma que a influência da rendibilidade na qualidade da divulgação é ambígua no contexto teórico. Os custos de propriedade ligados à elevada rendibilidade representam uma diminuição da qualidade da divulgação, enquanto que o custo de capital tem o efeito oposto. Por um lado, os incentivos do mercado financeiro (através do custo de capital) induzem as empresas a aumentar a sua qualidade de divulgação para atrair e dar confiança aos investidores; por outro lado, as típicas tradições do sigilo limitam essa influência. Contudo, espera-se que as empresas com valores cotados tenham interesse em reduzir os seus custos de capital.

Diversos autores (Ballas & Tzovas, 2010; Guerreiro, 2006; Murphy, 1999; Mutawaa, 2010) concluíram, nos seus estudos, que há associação entre a rendibilidade e o índice de divulgação de informação. Michaïlesco (1999), Al-Shammari *et al.* (2008), Al-Akra *et al.* (2010), Oliveira *et al.* (2006) e Guerreiro *et al.* (2008) não fornecem evidência de uma associação entre a rendibilidade da empresa e o nível de divulgações.

Como medida da rendibilidade, atendemos ao rácio de rendibilidade dos capitais próprios e ao rácio dos resultados operacionais sobre os ativos, e, dada a divergência de resultados obtidos em estudos anteriores, formulou-se a seguinte hipótese:

**H3:** *O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está associado com a rendibilidade.*

### 3.1.4. Nível de endividamento

Murphy (1999), salientou que as empresas com alto endividamento tendem a divulgar mais informação para garantir que os credores e acionistas sejam menos propensos a ignorar as suas incertezas (incertezas essas, que por vezes, são propositadas, pelos próprios).

O contributo da teoria da agência é usado para explicar a relação entre o “endividamento” e divulgação dado que, segundo diversos estudos é expectável que as empresas com elevado grau de “endividamento” sejam mais propensas a cumprir com os requisitos de divulgação.

Já a teoria da sinalização sugere que as empresas que apresentam níveis baixos de endividamento, constituindo tal facto um “bom sinal”, são incentivadas a divulgar mais informação sobre a sua estrutura financeira (Mutawwa, 2010).

Al-Shammari *et al.* (2008) referiu que as empresas com maior endividamento têm, por definição, menos capital, sendo empresas sujeitas a um maior risco do seu património comparando com as empresas de menor nível de endividamento e, portanto, estão sujeitas a uma maior procura de informação por parte dos acionistas para avaliar a probabilidade da empresa cumprir com as suas obrigações de dívida e do grau de risco de futuros fluxos de caixa provenientes dos seus investimentos.

Costa (2012) observou que a variável endividamento é estatisticamente significativa. Porém, afirmou que as empresas mais endividadas são aquelas que menos cumprem com os requisitos de divulgação.

Estudos anteriores observaram resultados positivos sobre a relação entre o endividamento e o nível de divulgação. Por exemplo, Raffournier (1995), Murphy (1999), Al-Shammari (2008), Al-Akra *et al.* (2010) e Oliveira *et al.* (2006), identificam o endividamento como um fator associado com o nível de divulgação. Pelo contrário, Mutawaa (2010) não encontrou qualquer evidência entre as duas variáveis.

A hipótese seguinte testa a associação entre endividamento e o grau de divulgações exigidas pela IAS 37:

**H4:** *O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está positivamente associado com o nível de endividamento.*

### 3.1.5. Liquidez

A liquidez refere-se à capacidade de uma empresa em cumprir as suas obrigações e compromissos no curto prazo.

Al-Akra *et al.* (2010) referem que um índice de liquidez elevado é um indicador de desempenho de boa gestão. Assim, das empresas com índices mais elevados de liquidez são esperadas mais informações divulgadas.

As empresas que detêm uma maior liquidez são mais propensas a divulgar mais informação do que aquelas que apresentam baixa liquidez (Cooke, 1989). Por outro lado, tem sido afirmado que as empresas com baixo rácio de liquidez podem ser induzidas a aumentar a sua divulgação para mitigar os medos e alertar os acionistas que a administração está ciente dos problemas (Wallace *et al.*, 1994).

A evidência empírica fornece resultados diversos. Al-Akra *et al.* (2010) encontraram uma relação positiva entre liquidez e nível de divulgação. Por outro lado, os estudos de Al-Shammari *et al.* (2008) e Mutawaa (2010) não forneceram evidência de tal associação. Contudo, Wallace *et al.* (1994) observaram uma associação negativa entre o nível de cumprimento de divulgação e a liquidez das empresas.

Para avaliar a relação entre a liquidez e o grau de divulgação da informação, formulamos a seguinte hipótese:

**H5:** *O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está associado com a liquidez.*

### 3.1.6. Concentração acionista

A concentração acionista influencia o nível de divulgação, pois, quanto maior for a concentração de capital, menor será a probabilidade de divulgação de informação para o exterior.

Segundo Oliveira, Rodrigues e Craig (2006), que citam Fama e Jensen (1983), as empresas com maior difusão acionista têm incentivos mais fortes para divulgar informações voluntariamente, reduzindo os custos da agência. Aqueles autores, referem também que, em estruturas de capital mais concentradas, os custos de agência tendem a ser menores, pois os acionistas internalizam os benefícios de monitorização da gestão (Oliveira, Rodrigues & Craig, 2011).

Singhvi e Desai (1971) e Oliveira *et al.* (2006) encontraram uma associação positiva entre a concentração acionista e o nível de divulgação. Pelo contrário, Raffournier (1995) e Branco e Góis (2013), não encontraram qualquer evidência entre a relação das duas variáveis.

Para testar a relação existente entre a concentração acionista e o nível de divulgação, formulámos a seguinte hipótese:

***H6: O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está associado positivamente com a concentração acionista.***

### **3.1.7. Tipo de auditor**

As empresas multinacionais de auditoria têm vindo a acompanhar todo o processo de harmonização contabilística internacional até ao presente. Estas empresas relevam a reputação de qualidade e independência, pelo que tendem a exigir uma maior divulgação de informação por parte dos seus clientes, imputando os custos de reputação. Assim, as empresas auditadas pelas “Big-Four” tendem a divulgar mais informação financeira de um modo geral.

Dummontier e Raffournier (1998), observaram que, em seu próprio interesse e por sua reputação, os auditores querem que os seus clientes cumpram padrões complexos de contabilidade. Esta relação também se deve ao facto de que as principais empresas internacionais de auditoria têm maior conhecimento sobre as IAS/IFRS e, portanto, os custos de implementar e auditar tais padrões nos seus clientes é menor do que para as pequenas empresas de auditoria.

A auditoria é considerada uma maneira de diminuir os custos de agência (Jensen & Meckling, 1976; Watts & Zimmerman, 1983) e, portanto, as empresas que possuem altos custos de agência tendem a contratar empresas de auditoria de alta qualidade, conforme referem Lopes e Rodrigues (2007).

Street e Gray (2002), referem que as grandes empresas de contabilidade estão sob pressão do Banco Mundial, pois, caso os clientes se recusem a adotar práticas de relatórios internacionais em determinadas partes do mundo, as grandes empresas de auditoria não devem assinar as demonstrações financeiras, mas sim o nome da empresa cliente.



Adelopo (2011), testou a hipótese que não existiria qualquer relação entre o tipo de auditor e o nível de divulgação voluntária. Nos seus resultados observou que existe uma relação positiva entre a divulgação voluntária e o tipo de auditor (Big4), por outro lado, verificou que existe uma associação negativa entre o tipo de auditor (No Big4) e o nível de divulgação voluntária.

Lopes e Rodrigues (2007) encontraram uma relação significativamente positiva entre o grau de divulgação e o tipo de auditor. Street e Gray (2002), encontraram relação entre a utilização das normas internacionais e o tipo de auditor. Por outro lado, Hossain *et al.* (1995), não encontraram nenhuma associação significativa entre o tipo de auditor e o nível de divulgação voluntária.

**H7:** *O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está associado positivamente com o tipo de auditor.*

### **3.1.8. Independência do conselho de administração**

A teoria da agência tem como premissa: os administradores independentes são necessários para gerir e controlar as ações dos outros gerentes/administradores executivos (Lopes & Rodrigues, 2007; Cooke, 2002). “Alguns autores defendem que a existência de administradores independentes é uma das formas de proteger os interesses dos acionistas e a outras partes interessadas” (Rodrigues, 2012, p. 55).

Pereira (2013) refere que a investigação inicial sobre a importância da independência nos órgãos de administração foi desenvolvida por Fama e Jensen (1983). Estes autores indicaram que os órgãos independentes e não executivos, têm maiores incentivos para executar tarefas de monitorização sobre as atividades de gestão, com a intenção de proteger os interesses dos acionistas. A independência do conselho de administração é crucial para que este desempenhe a sua função de controlo com mais eficácia (Cunha & Martins, 2007).

Em Portugal, existe um número mínimo definido para a composição do conselho de administração e, a CMVM também exige que as empresas com valores cotados devem ter um número adequado de administradores independentes, devendo este número ser de pelo menos 25% de administradores independentes (Recomendação II.1.2.2, da CMVM).

Lopes e Rodrigues (2007), salientam que é expectável obter mais informação de empresas com maior percentagem de administradores independentes, por outro lado, caso as empresas possuam uma elevada percentagem de administradores não independentes, espera-se que divulguem menos informação, pois estes têm acesso a informação privilegiada.

Rodrigues (2012), verificou que no período 2006 a 2009, o grau de independência do conselho de administração aumentou de 53% para 54%, no entanto no ano de 2007 houve uma forte quebra, devido à redução do número de administradores não executivos no conselho de administração em algumas empresas deste ano.

Para nosso entendimento será expectável que o número de independentes do conselho de administração seja influenciável para a divulgação de informação nas demonstrações financeiras, portanto, formula-se a seguinte hipótese:

***H8: O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está associado com a independência do conselho de administração.***

### **3.1.9. Idade da empresa**

A divulgação de uma empresa pode ser influenciada pela sua reputação, medida pela sua idade de existência (Owusu-Ansah, 1998). As grandes empresas tendem a ser as “mais velhas”, possuindo sistemas de relatórios apropriados que estão em maior conformidade com os níveis de divulgação o que reflete menos dispêndios (Al-Shammari, 2008).

Owusu-Ansah (1998), provou que a idade da empresa tem um efeito estatisticamente significativo e positivo na divulgação obrigatória em Hong Kong. Contudo, Al-Akra *et al.* (2010) e Mutawwa (2010) consideram a antiguidade como uma variável não estatisticamente relacionada com o índice de divulgação.

***H9: O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 37 está associado com a idade da empresa.***

No Quadro 1 apresentamos um resumo dos estudos analisados tendo em conta os fatores explicativos e determinantes da divulgação.

Quadro 1 - Fatores Explicativos e Determinantes da Divulgação

| Estudos                          | Determinantes | Dimensão | Sector de atividade | Concentração Acionista | Liquidez | Rendibilidade (RCP e ROA) | Endividamento | Tipo de Auditor | Independência do Conselho de Administração | Idade da empresa |
|----------------------------------|---------------|----------|---------------------|------------------------|----------|---------------------------|---------------|-----------------|--|------------------|
| Adelopo, 2011                    |               | X        |                     | X                      |          | X                         |               | X               |  |                  |
| Al-Akra, 2010                    |               | X        | X                   |                        | X        | X                         | X             | X               |  | X                |
| Al-Shammari <i>et al.</i> , 2008 |               | X        | X                   |                        |          |                           |               |                 |  | X                |
| Ballas e Tzovas, 2010            |               | X        | X                   |                        |          | X                         |               |                 |  |                  |
| Branco e Góis, 2012              |               | X        | X                   | X                      |          | X                         | X             |                 |  |                  |
| Cooke, 1992                      |               | X        | X                   |                        |          |                           |               |                 |  |                  |
| Hossain <i>et al.</i> , 1995     |               | X        |                     |                        |          |                           | X             | X               |  |                  |
| Lopes e Rodrigues, 2007          |               | X        | X                   |                        |          |                           |               | X               | X  |                  |
| Michaeïlesco, 2010               |               |          |                     |                        |          | X                         | X             |                 |  |                  |
| Mutawa, 2010                     |               | X        | X                   |                        | X        | X                         | X             | X               |  | X                |
| Oliveira <i>et al.</i> , 2006    |               | X        | X                   | X                      |          | X                         |               | X               |  |                  |
| Oliveira <i>et al.</i> , 2011    |               | X        |                     | X                      |          | X                         |               |                 |  | X                |
| Owusu-Ansah, 1998                |               | X        | X                   |                        | X        | X                         |               | X               |  | X                |
| Raffournier, 1995                |               |          |                     |                        |          |                           |               |                 |  |                  |
| Rahman <i>et. al.</i> , 2002     |               |          |                     |                        |          |                           |               | X               |  |                  |
| Rodrigues, 2012                  |               |          |                     |                        |          |                           |               |                 | X  |                  |
| Singhvi e Desai, 1971            |               | X        |                     |                        |          |                           |               | X               |  |                  |
| Street e Gray, 2002              |               | X        | X                   |                        |          | X                         |               | X               |  |                  |
| Wallace <i>et al.</i> , 1994     |               |          |                     |                        |          |                           |               |                 |  |                  |



## 4. Metodologia

O presente estudo tem como principal objetivo avaliar o nível de cumprimento dos requisitos dos § 85 e § 86 da IAS 37 e identificar os determinantes que influenciam a divulgação por parte das empresas portuguesas com valores admitidos à negociação. Para o efeito, a amostra utilizada é constituída por todas as empresas com valores mobiliários admitidos à negociação na *Euronext Lisbon* a 31 de dezembro de 2005 a 2015.

### 4.1. Amostra

A população analisada neste estudo é composta pelas sociedades portuguesas com valores cotados no mercado de valores mobiliário *Euronext Lisbon* a 31 de dezembro de cada ano, entre o período de 2005 a 2015.

Para se proceder à avaliação do nível de divulgação, foram recolhidos os Relatórios e Contas e os Relatórios sobre o Governo das Sociedades referentes aos exercícios 2005 a 2015 de todas as empresas da amostra final (conforme Tabela 1), que se encontravam disponíveis na página eletrónica institucional de cada empresa e no site da CMVM.

À semelhança de outros estudos (Oliveira *et al.* 2011; Branco & Góis, 2012; Monteiro, 2015) foram excluídas da amostra as empresas do setor financeiro, pois estas regem-se por normas contabilísticas próprias para o setor e possuem diferentes exigências ao nível do relato financeiro.

Por privação de informação, não foi possível analisar por completo todas as variáveis necessárias nos Relatórios e Contas de algumas empresas, bem como a falta de obtenção de alguns relatórios e contas que não se encontravam disponíveis, o que levou à exclusão da amostra as empresas Altri, SGPS, SA; CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A.; CIRES – Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S.A.; Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA; CTT – Correios de Portugal, S.A.; EDP Renováveis, S.A.; F. Ramada - Investimentos, SGPS, SA; Fisipe – Fibras Sintéticas de Portugal, S.A.; Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.; Martifer - SGPS, SA; Novabase - SGPS, SA; Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A.; Portucel, S.A.; Portugal Telecom, SGPS, S.A.; Reditus - SGPS, SA; Sonae Capital - SGPS, SA; Sonae Indústria, SGPS, SA. A amostra final é constituída por 20 empresas, como se pode observar na Tabela 1.

**Tabela 1 – Definição da amostra**

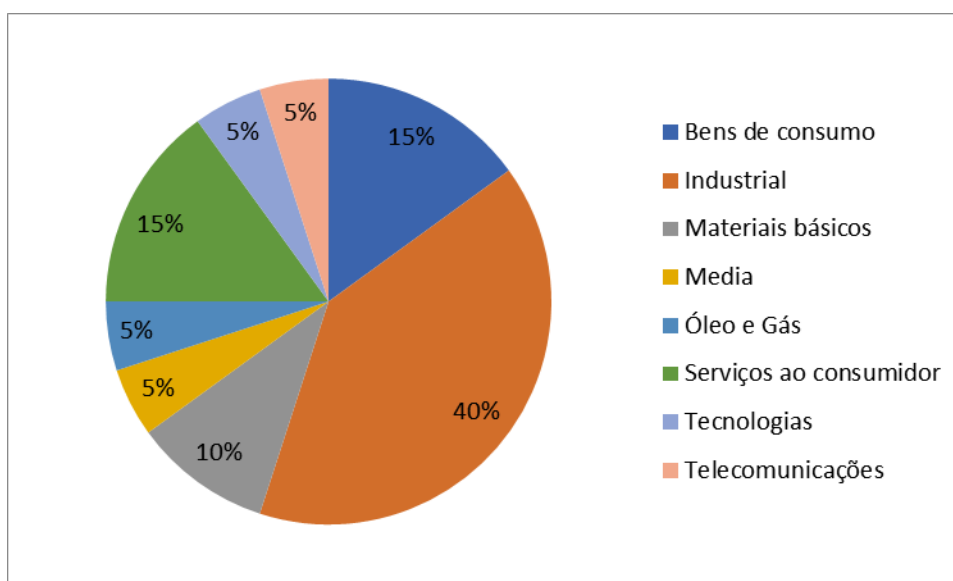
|   |           |
|---|-----------|
| Empresas extraídas  | 37        |
| Empresas que não tinham os seus relatórios disponíveis na Internet      | 12        |
| Empresas que não tinham disponível informação para o período em análise | 5         |
| <b>Amostra final</b>  | <b>20</b> |

Fazendo uma análise mais pormenorizada à nossa amostra e distribuindo a nossa população pelos diferentes setores de atividade, conforme Tabela 2 e Gráfico 1, verificamos que 40% das amostras da empresa pertencem ao setor industrial, seguido pelos setores bens de consumo e serviços ao consumidor que representam 15%, cada um, e as restantes empresas da amostra pertencem a outros setores.

**Tabela 2 – Distribuição da amostra setorial**

| <b>Setor Económico</b> | <b>N</b>  |               |
|------------------------|-----------|---------------|
| Bens de consumo        | 3         | 15,0%         |
| Industrial             | 8         | 40,0%         |
| Materiais básicos      | 2         | 10,0%         |
| Media                  | 1         | 5,0%          |
| Óleo e Gás             | 1         | 5,0%          |
| Serviços ao consumidor | 3         | 15,0%         |
| Tecnologias            | 1         | 5,0%          |
| Telecomunicações       | 1         | 5,0%          |
| <b>Total</b>           | <b>20</b> | <b>100,0%</b> |

**Gráfico 1 – Distribuição da amostra por setor de atividade**



## 4.2. Variável dependente

A medição do nível de divulgação de informação sobre a IAS 37 foi feita através da construção de um índice de divulgação, de forma a medir a variação no nível de informação divulgada, fazendo uso de uma variável quantitativa, que mede a variação no nível de divulgação de um exercício para o outro.

Recorrendo à técnica de análise de conteúdo, codificou-se a informação recolhida em itens de divulgação, tendo-se utilizado, como fonte de obtenção dos dados, os relatórios e contas consolidadas das empresas incluídas na amostra, respeitantes ao período de 2005 a 2015. A lista de itens de divulgação utilizada foi desenvolvida tendo em conta os requisitos de divulgação exigidos pelos §85 e §86 da IAS 37 (Anexo 1). Através da análise do anexo às demonstrações financeiras foi mensurada a variável através da atribuição do valor “1” caso a empresa cumpra com os requisitos de divulgação da norma, a atribuição do valor “0” caso a empresa não divulgue a informação exigida pela norma e a sigla “NA”, não aplicável, quando a empresa não se enquadra nas divulgações exigidas pela norma.

Os casos em que se verifica a não aplicação da divulgação foram excluídos da análise empírica. Estes valores apenas foram utilizados para evitar o enviesamento dos dados, pois seria de alguma iniquidade atribuir o valor “0” quando, na realidade, a empresa não tem obrigação de o apresentar.

Para o cálculo do índice de cumprimento para cada observação empresa/ano, atendeu-se à seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Divulgação} = \frac{\varepsilon \text{ dos valores "1"}}{\text{Total de itens aplicados}}$$

Em que:

O  $\varepsilon$  dos valores “1” é o somatório de todos os “1” – “Itens apresentados”

O Total de itens aplicados refere-se ao total de itens contantes do Anexo 1 (§85 e §86) com a exclusão dos não aplicáveis para cada observação em concreto.

### 4.3. Variáveis independentes

A Tabela 3 descreve as variáveis independentes, o modo como foram mensuradas, incluindo o sinal esperado:

**Tabela 3 – Definição das variáveis independentes**

| Variáveis independentes                    | Mensuração   | Sinal previsto |
|--|--|----------------|
| Dimensão                                   | Total do Ativo (Milhões de euros)  | +              |
| Rendibilidade                              | Return on Assets = Resultado Líquido / Ativo<br>Return on Equity = Resultado Líquido / Capital Próprio                             | -              |
| Liquidez                                   | Liquidez reduzida = (ativo corrente - inventários - ativos biológicos) / passivo corrente  | ?              |
| Concentração Acionista                     | Participações sociais qualificadas > 2%  | +              |
| Independência do Conselho de Administração | Percentagem de Administradores Não Executivos Independentes sobre o Total de Membros do Conselho de Administração                  | ?              |
| Endividamento                              | Rácio Endividamento = Total do Passivo / Total do Ativo  | +              |
| Reputação da Empresa                       | Número de anos de existência da empresa desde a sua constituição   | ?              |
| Sector de Atividade                        | Variável dummy = 1 se a empresa é industrial e 0 no caso contrário   | ?              |
| Tipo de Auditor                            | Variável dummy = 1 se a empresa for auditada por uma firma de auditoria internacional classificada como Big4 e 0 no caso contrário | ?              |

#### **Concentração Acionista**

Sendo consistente com os estudos de (Oliveira *et al.*, 2011 e Branco & Góis, 2013) recorreremos à *proxie*: *participações sociais qualificadas > 2%* para mensurar a variável independente *concentração acionista*.

#### **Dimensão**

A variável *dimensão* foi avaliada através da *proxy*: total do ativo (Al-Shammari *et al.*, 2008; Guerreiro *et al.*, 2008 e Lopes & Rodrigues, 2007).

#### **Rendibilidade**

A variável *rendibilidade* foi avaliada através de duas *proxies*: pela rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE, tal como (Ballas & Tzovas, 2010; Branco & Góis, 2013;



Guerreiro, 2006) através do rácio Resultado Líquido do Período / Capital Próprio e, conforme Oliveira *et al.*, 2006; Oliveira *et al.*, 2011, pela Rendibilidade do ativo (ROA) através do Resultado Líquido do Período sobre o total do Ativo.

### ***Independência do Conselho de Administração***

A variável *independência do conselho de administração* é medida pela percentagem de administradores não executivos independentes sobre o total de membros do conselho de administração (Vieira, 2015 e Pereira, 2013).

### ***Endividamento***

A variável *endividamento* foi mensurada através do rácio de endividamento resultante da relação entre o total do passivo e o total do ativo (Branco & Góis, 2013; Guerreiro, 2006; Sierra *et al.*, 2013; Zorio *et al.*, 2013).

### ***Idade da empresa***

A variável *idade da empresa* (idade da empresa, conforme Tabela 3) foi avaliada pelo número de anos de uma empresa desde a sua constituição (Owusu-Ansah, 1998).

### ***Setor de atividade***

O setor de atividade foi mensurado através de duas variáveis *dummy* que assumem o valor de “1” se a empresa for industrial e “0” caso contrário (Monteiro, 2015).

### ***Tipo de Auditor***

A variável *tipo de auditor* foi avaliada através de uma *dummy* que assume o valor de “1” se a empresa for auditada por uma empresa de auditoria internacional classificada como Big4 e o valor “0” no caso contrário (Hossain *et al.*, 1995; Street & Gray, 2002; Lopes & Rodrigues, 2007; e, Oliveira *et al.*, 2006).

#### 4.4. Modelo Econométrico

O presente estudo pretende averiguar qual o nível de divulgação relativo à divulgação dos requisitos exigidos pela IAS 37 e quais os determinantes que influenciam o grau de cumprimento das divulgações por parte das empresas portuguesas com valores cotados.

O modelo de estimação irá testar se os fatores determinantes afetaram o nível de cumprimentos dos requisitos de divulgação sobre provisões exigidos pela IAS 37:

$$ID_{jt} = \alpha_0 + \beta_1 \text{Dimensão}_{jt} + \beta_2 \text{Setor de Atividade}_{jt} + \beta_3 \text{Rendibilidade}_{jt} + \beta_4 \text{Endividamento}_{jt} \\ + \beta_5 \text{Liquidez}_{jt} + \beta_6 \text{Concentração Acionista}_{jt} + \beta_7 \text{Tipo de Auditor}_{jt} + \\ \beta_8 \text{Independência do Conselho de Administração}_{jt} + \beta_9 \text{Idade}_{jt} + \mu_{jt}$$

Onde  $t = \{2005, \dots, 2015\}$  e  $j = 1, 2, \dots, n$  ( $n$  = amostra balanceada)

## **5. Análise de resultados**

Para uma melhor percepção dos resultados obtidos, começamos por efetuar a análise descritiva e terminando com a análise de regressão linear múltipla.

### **5.1. Análise descritiva**

Através da construção do índice de divulgação será possível compreender qual o nível de divulgação dos itens obrigatórios, exigidos pelos § 84 e § 85 da IAS 37, divulgados pelas entidades da amostra de 2005 a 2015.

Na tabela 4 são apresentados os resultados da análise estatística de cada item que constitui o índice de divulgação para o período em análise.

**Tabela 4 – Percentagem de cumprimento de cada item de divulgação da IAS 37**

|     |  | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|     | PROVISÕES  |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| §84 | A entidade possui provisões?   | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 95%  | 95%  | 95%  |
|     | Se sim, divulga:   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|     | - a quantia escurada no começo e no fim do período?  | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 95%  | 100% | 100% | 95%  | 95%  | 95%  |
|     | - as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?  | 95%  | 95%  | 15%  | 10%  | 95%  | 15%  | 85%  | 90%  | 90%  | 95%  | 90%  |
|     | - as quantias usadas (incorridas e debitadas à provisão) durante o período?  | 95%  | 95%  | 80%  | 10%  | 95%  | 15%  | 85%  | 85%  | 85%  | 90%  | 90%  |
|     | - quantias não usadas revertidas durante o período?  | 20%  | 0%   | 15%  | 15%  | 20%  | 20%  | 95%  | 10%  | 15%  | 20%  | 50%  |
|     | - o aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto?   | 0%   | 0%   | 10%  | 15%  | 15%  | 25%  | 75%  | 25%  | 75%  | 30%  | 40%  |
| §85 | Para cada classe de provisão, divulga:   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|     | - uma breve descrição da natureza da obrigação?  | 80%  | 80%  | 90%  | 95%  | 95%  | 15%  | 90%  | 100% | 95%  | 95%  | 90%  |
|     | - uma breve descrição do momento de ocorrência esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos resultantes?                          | 15%  | 10%  | 15%  | 45%  | 40%  | 45%  | 20%  | 25%  | 25%  | 35%  | 55%  |
|     | - uma indicação das incertezas acerca da quantia ou do momento de ocorrência desses exfluxos?  | 5%   | 15%  | 25%  | 20%  | 35%  | 25%  | 25%  | 30%  | 30%  | 35%  | 45%  |
|     | - os principais pressupostos feitos com respeito a acontecimentos futuros?   | 0%   | 10%  | 5%   | 15%  | 20%  | 20%  | 15%  | 35%  | 30%  | 30%  | 50%  |
|     | - a quantia de qualquer reembolso esperado (declarando a quantia de qualquer ativo que tenha sido reconhecido para esse reembolso esperado)? | 0%   | 0%   | 0%   | 5%   | 5%   | 0%   | 0%   | 5%   | 10%  | 5%   | 0%   |

Fazendo uma análise ao cumprimento dos itens de divulgação de provisões da IAS 37, verificamos que as empresas, em geral, reconheceram provisões nas suas DF consolidadas, uma vez que a tabela 4 demonstra que sempre que as empresas possuíam provisões divulgavam a sua quantia escriturada no início e no fim do período. No entanto, a partir de 2013 observamos um decréscimo de 5%, isto deve-se, ao facto da empresa Lisgráfica, S.A. não apresentar Provisões nas suas demonstrações financeiras no período 2013 a 2015. Também o item “as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes” apresenta um cumprimento de divulgação de 90% por parte da maioria das entidades da amostra. Porém, verifica-se que nos anos 2007 e 2008, as empresas pouco divulgaram acerca deste item.

Relativamente ao item “as quantias usadas (incorridas e debitadas à provisão) durante o período” apresentam um nível de divulgação baixo, pois, apresenta uma taxa de divulgação de, aproximadamente, 20%. Por outro lado, o item “o aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto, apresenta uma taxa de divulgação reduzida, com exceção dos anos 2011 e 2013 (75%). Na análise deste item, nos Relatórios e Contas, foi possível verificar que nem todas as empresas apresentavam o efeito das alterações das taxas de desconto. Seria útil para os utilizadores das DF que as entidades para além de divulgarem as variações (aumentos/diminuições) ocorridas ao longo do ano, divulgassem também a alteração da taxa de desconto.

Quanto à divulgação da natureza da obrigação, a taxa de cumprimento ronda os 80% / 90%. Constatou-se que a divulgação das incertezas face à quantia ou ao aumento de ocorrência desses exfluxos a reconhecer, teve várias oscilações, pois, são necessários juízos de valor para se afirmar determinado valor incerto.

Os itens relativos ao momento de ocorrência esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos resultantes e os principais pressupostos feitos com respeito a acontecimentos futuros foram divulgados entre 15% a 55%, sendo que houve oscilações destas divulgações ao longo dos anos.

Relativamente à divulgação da alínea h) do § 84 da IAS 37, divulgação de reembolsos esperados, exige a sua divulgação nas notas quando é declarado a quantia de qualquer ativo que tenha sido reconhecido para esse efeito, durante a recolha de dados nos Relatórios e Contas das entidades, verificou-se não ser possível afirmar se as entidades

não tinham reembolsos esperados a divulgar ou se não os divulgaram, pois estes valores não são reconhecidos nas DF. Assim, observou-se que apenas 1 ou duas empresas divulgaram os reembolsos esperados no período em análise.

Durante a análise dos Relatórios e Contas de 2005 a 2015 das empresas da amostra verificou-se que todas indicam nas notas do Anexo que utilizam critérios para constituição, mensuração e divulgação das provisões, de acordo com os requisitos obrigatórios da IAS 37.

A Tabela 5 apresenta os resultados da análise estatística descritiva das variáveis, dependente e independentes, utilizadas no estudo em causa.

**Tabela 5 – Estatísticas Descritivas**

| Variáveis                      | Mensuração            | N                        | Mínimo | Máximo      | Média     | Desvio padrão | Skewness    |
|--------------------------------|-----------------------|--------------------------|--------|-------------|-----------|---------------|-------------|
| IDV                            | Índice                | 240                      | 0,00   | 0,86        | 0,4434    | 0,14196       | 0,194       |
| Total Ativos                   | Soma                  | 240                      | 20,170 | 3857811,000 | 25635,469 | 270666,218    | 12,916      |
| Rendibilidade do CP            | Rácio                 | 240                      | -5,15  | 27,93       | 0,2161    | 1,93935       | 12,358      |
| Rendibilidade do Ativo         | Rácio                 | 240                      | -0,64  | 1,36        | 0,0637    | 0,15336       | 3,537       |
| Endividamento                  | Rácio                 | 240                      | 0,00   | 7,53        | 0,7528    | 0,58820       | 7,913       |
| Idade da Empresa               | Soma                  | 240                      | 4      | 145         | 40,77     | 32,899        | 1,513       |
| Liquidez Reduzida              | Rácio                 | 240                      | 0,03   | 7,53        | 0,7713    | 0,73925       | 5,465       |
| Participações qualificadas >2% | Soma                  | 240                      | 0,00   | 1,29        | 0,7529    | 0,17569       | -1,412      |
| Independência CA               |                       | 240                      | 0,00   | 1,00        | 0,2710    | 0,21317       | 0,714       |
|                                |                       |                          |        |             |           | Soma          | Percentagem |
| Setor de Atividade             | Variável <i>dummy</i> | 1 = Setor Industrial     |        |             |           | 96            | 40,00%      |
|                                |                       | 0 = Setor Não industrial |        |             |           | 144           | 60,00%      |
| Tipo de Auditor                | Variável <i>dummy</i> | 1 = Big4                 |        |             |           | 170           | 70,80%      |
|                                |                       | 0 = NoBig4               |        |             |           | 70            | 29,20%      |

As empresas da amostra apresentam, em média, um índice de divulgação de provisões de 44,34%, ou seja, as empresas da amostra cumprem em média com 44% dos requisitos obrigatórios de divulgação de provisões. O grau máximo da divulgação de provisões atinge os 86%.

O endividamento cuja variável é representada pelo rácio Passivo sobre o Total de Ativos varia entre o mínimo de 0,00 e o máximo de 7,53, e, a média é 0,7528, significando que em média o valor do financiamento alheio supera em 75,28% o dos ativos das empresas da nossa amostra. Estes valores evidenciam a forte dependência das empresas de credores externos, nomeadamente da banca. Tal é consistente com as características do tecido empresarial português, mas exacerbado pela recente crise financeira mundial e a consequente crise de liquidez.

A par da recente crise financeira mundial, observou-se uma descida acentuada dos níveis de rentabilidade das empresas. Na amostra considerada, tal não foi exceção, pois os resultados da tabela evidenciam baixos níveis de rentabilidade de capitais próprios (valor médio = 0,2161) e rentabilidade do ativo (valor médio = 0,0637).

O valor médio da variável total do ativo é cerca de 25 635€, embora haja grande variação (cerca de 3 857 790,83€) no valor desta variável.

Verifica-se também que 70,80% das empresas da amostra têm as suas contas auditadas por uma das BIG 4 e que pertencem ao setor industrial 40% dessas empresas.

A concentração acionista baseada nas participações qualificadas superiores a 2% apresenta uma média de 75,29%. Estes resultados são consistentes com as características do tecido empresarial Português. Segundo Mota (2003), as empresas Portuguesas são geralmente detidas por uma família, com uma complexa rede de propriedade, onde uma enorme percentagem de participações sociais é detida por um único acionista.

Cerca de 27% do total de membros do conselho de administração são membros não executivos independentes. Estes resultados encontram-se dentro dos parâmetros exigidos pela CMVM quanto ao número de administradores independentes que devem integrar o conselho de administração, que “não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores” (CMVM, 2010, p.3).



A tabela 6 apresenta com mais detalhe a média do índice de divulgação por ano, do período em análise (2005-2015).

**Tabela 6 – Resultados obtidos do cumprimento de divulgação de Provisões**

| Ano                | Média IDV   |
|--------------------|-------------|
| 2005               | 0,39        |
| 2006               | 0,41        |
| 2007               | 0,43        |
| 2008               | 0,46        |
| 2009               | 0,49        |
| 2010               | 0,46        |
| 2011               | 0,43        |
| 2012               | 0,48        |
| 2013               | 0,47        |
| 2014               | 0,49        |
| 2015               | 0,49        |
| <b>Média Total</b> | <b>0,45</b> |

Samaha e Stapleton (2008, p. 51), citado por Costa (2012, p. 51), apresentam uma classificação de quatro níveis de conformidade com os requisitos das IAS. “Elevado grau de adesão, se o índice de cumprimento é de 80% ou mais de conformidade; intermédio entre 60% e 79%; baixa adesão entre 40% e 59%; e muito abaixo se inferior a 40%”.

Como se pode verificar, o grau de cumprimento médio, no período 2005-2015, é de, 45%, com um mínimo de 39% e um máximo de 49%. Estes valores levam a concluir que, de acordo com a classificação de Samaha e Stapleton (2008), o grau de cumprimento da divulgação exigida pela IAS 37 obtido se insere no nível de baixa adesão.

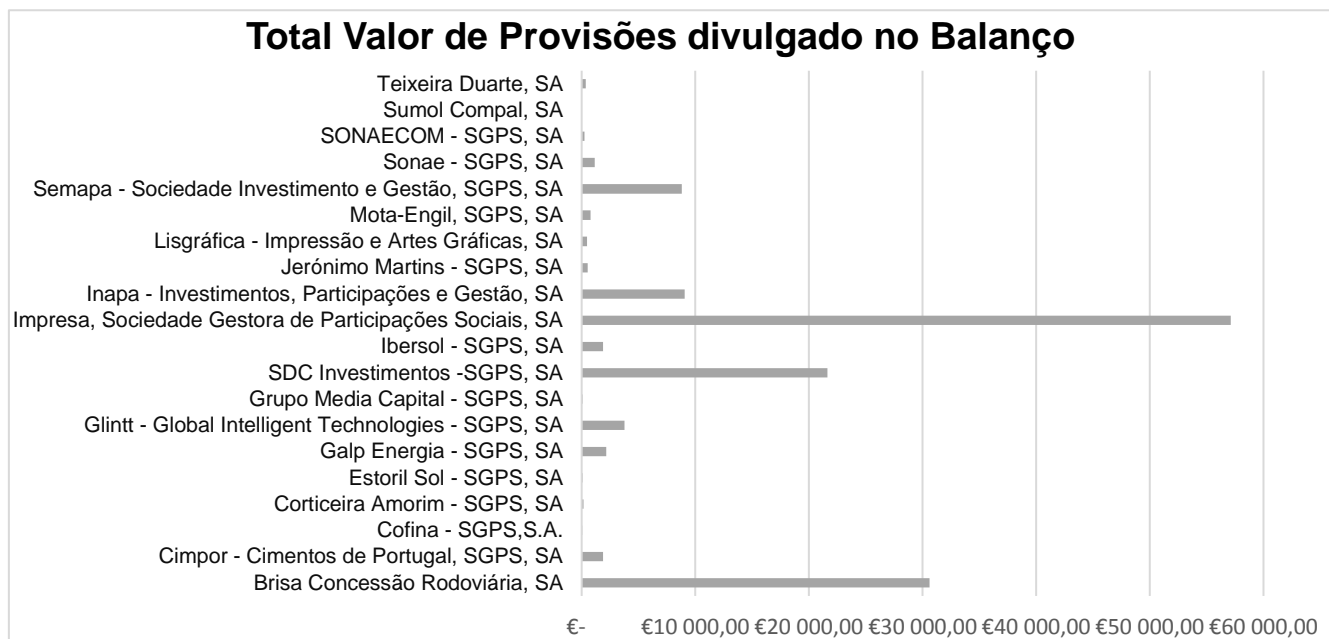
No que toca à evolução temporal, verifica-se que o nível de cumprimento é menor no ano 2005 (39%), período em que foi imposta a obrigatoriedade da adoção das IAS na UE. Ao longo dos anos, a taxa de cumprimento foi aumentando, isto significa que as empresas com valores cotados estão a cumprir cada vez mais com os requisitos exigidos pelos §85 e §86 da IAS 37, apesar da reduzida taxa de divulgação.

Excecionalmente, nos anos 2009 e 2010 (46% e 43%, respetivamente) observa-se um decréscimo do cumprimento da norma, isto deve-se à crise mundial que se fez sentir nas diversas empresas desde 2007 a 2010, diminuindo o seu grau de cumprimento de divulgação.

De forma a obtermos uma visão mais real dos valores de provisões divulgados pelas empresas em análise, apresenta-se o gráfico que demonstra a percentagem de valores de provisões divulgados pelas empresas no período em estudo (2005-2015).

Assim, observamos que as empresas que divulgam maior valor de provisões são: Brisa Concessão Rodoviária, S.A., Soares da Costa Investimentos – SGPS, S.A. e Impresa, Sociedade Gestora de Participações Sociais e S.A..

**Gráfico 2 – Total de valores de provisões divulgados pelas empresas entre 2005 e 2015**



#### 4.2. Análise Estatística da Normalidade

A tabela 7 serve para verificar se as variáveis seguem uma distribuição normal.

Os resultados da tabela 7 evidenciam que, relativamente às variáveis independentes, total dos ativos, rendibilidade do capital próprio e rendibilidade do ativo, endividamento, idade da empresa, liquidez, concentração acionista e a independência do conselho de administração, nenhuma delas apresenta uma distribuição normal ( $p\text{-value} < 0,05$ ). No que concerne à variável dependente, índice de divulgação, o nível de significância é 0,003 no teste de Kolmogorov-Smirnov inferindo-se a inexistência de normalidade na distribuição desta variável.

**Tabela 7 – Análise da normalidade**

| Variáveis              | Kolmogorov-Smirnov |     |       | Shapiro-Wilk |     |       |
|------------------------|--------------------|-----|-------|--------------|-----|-------|
|                        | Estatística        | df  | Sig.  | Estatística  | df  | Sig.  |
| Índice de divulgação   | 0,073              | 240 | 0,003 | 0,989        | 240 | 0,073 |
| Total Ativos           | 0,506              | 240 | 0,000 | 0,064        | 240 | 0,000 |
| Rendibilidade do CP    | 0,410              | 240 | 0,000 | 0,167        | 240 | 0,000 |
| Rendibilidade do Ativo | 0,296              | 240 | 0,000 | 0,567        | 240 | 0,000 |
| Endividamento          | 0,283              | 240 | 0,000 | 0,408        | 240 | 0,000 |
| Idade da Empresa       | 0,144              | 240 | 0,000 | 0,828        | 240 | 0,000 |
| Liquidez               | 0,230              | 240 | 0,000 | 0,555        | 240 | 0,000 |
| Concentração Acionista | 0,105              | 240 | 0,000 | 0,901        | 240 | 0,000 |
| Independência CA       | 0,123              | 240 | 0,000 | 0,925        | 240 | 0,000 |

#### **4.3. Análise da Correlação**

Na tabela 8, que se segue, apresentamos a matriz da correlação para as variáveis do nosso modelo. As medidas de correlação apresentadas para as variáveis são o coeficiente de correlação de *Pearson*.

O coeficiente de correlação de *Pearson* é uma medida de associação linear entre variáveis e poderá apresentar valores entre -1 e 1, quanto mais próximo estiver dos valores extremos tanto maior é a associação linear negativa e positiva respectivamente das variáveis.

Através desta análise, é possível constatar a existência de diversas correlações estatisticamente significativas entre as variáveis explicativas do modelo. As correlações mostram que todas as variáveis independentes têm uma relação com o índice de divulgação, à exceção da variável independência do conselho de administração que não tem qualquer relação com o índice de divulgação.

**Tabela 8 – Análise das correlações**

| <b>Variáveis</b>           | <b>(1)</b> | <b>(2)</b> | <b>(3)</b> | <b>(4)</b> | <b>(5)</b> | <b>(6)</b> | <b>(7)</b> | <b>(8)</b> | <b>(9)</b> | <b>(10)</b> | <b>(11)</b> |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|
| (1) Índice de divulgação   | 1,000      |            |            |            |            |            |            |            |            |             |             |
| (2) Dimensão               | 0,092      | 1,000      |            |            |            |            |            |            |            |             |             |
| (3) Rendibilidade do CP    | 0,023      | 0,070      | 1,000      |            |            |            |            |            |            |             |             |
| (4) Rendibilidade do Ativo | 0,102      | ,209**     | ,349**     | 1,000      |            |            |            |            |            |             |             |
| (5) Endividamento          | ,135*      | -,147*     | ,143*      | -0,037     | 1,000      |            |            |            |            |             |             |
| (6) Idade da Empresa       | 0,052      | -0,072     | -,187**    | -0,061     | ,220**     | 1,000      |            |            |            |             |             |
| (7) Liquidez               | -,143*     | ,276**     | -0,028     | -0,108     | -,165*     | -,178**    | 1,000      |            |            |             |             |
| (8) Concentração Acionista | ,267**     | -,139*     | -0,013     | 0,081      | 0,036      | ,186**     | -0,067     | 1,000      |            |             |             |
| (9) Independência do CA    | 0,000      | ,169**     | -0,081     | 0,077      | -,169**    | -0,039     | -0,114     | -,335**    | 1,000      |             |             |
| (10) Setor de Atividade    | -,165*     | 0,009      | -0,071     | -,174**    | ,339**     | ,440**     | ,208**     | 0,109      | -,194**    | 1,000       |             |
| (11) Tipo de Auditor       | 0,061      | 0,123      | ,257**     | ,261**     | -0,041     | -,327**    | 0,078      | 0,055      | 0,097      | -,262**     | 1,000       |

Correlações estatisticamente significativas a um nível de significância de: \* 0,05 e \*\* 0,01

Os resultados da tabela 8 evidenciam uma correlação positiva estatisticamente significativa entre o índice de divulgação e as variáveis endividamento ( $p\text{-value} < 0,05$ ) e concentração acionista ( $p\text{-value} < 0,01$ ), contudo verificou-se uma correlação negativa estatisticamente significativa ( $p\text{-value} < 0,05$ ) entre o índice de divulgação e as variáveis liquidez e setor de atividade.

Por outro lado, apesar de não se verificar correlação estatisticamente significativa, é possível observar na tabela 8 que as variáveis dimensão, rentabilidade do capital próprio, rentabilidade do ativo, idade da empresa e independência do conselho de administração estão correlacionadas positivamente com a variável dependente, índice de divulgação.

Através dos resultados da tabela concluímos que quanto maior for, o total do ativo, ou a rentabilidade, ou a idade da empresa mais elevado será o índice de divulgação.

#### **4.4. Análise de Regressão**

Para poder concluir sobre a confirmação ou não das hipóteses formuladas recorre-se à análise de regressão. É usado o modelo de regressão linear múltipla. O modelo de regressão foi estimado com recurso ao Método dos Mínimos Quadrados (LSDV - *Least Square Dummy Variable*).

A violação da normalidade da distribuição, sugerida pelos testes *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e *Shapiro-Wilk*, para a variável dependente e para as variáveis independentes, pode ter consequências relevantes nas inferências sobre estas mesmas variáveis, quando trabalhadas no modelo de regressão, o que obriga a efetuar um procedimento de normalização de todas, através de uma transformação *Blom*, conforme preconizado por Cooke em 1988 (Oliveira *et al.*, 2011).

Os pressupostos do modelo foram verificados quanto a *outliers*, autocorrelação, multicolinearidade, heterocedasticidade e distribuição normal dos resíduos.

Como forma de identificar a deteção da multicolinearidade, utilizou-se o teste dos fatores de inflação da variância (VIF). Os valores VIF variam entre o mínimo de 1,285 e o máximo de 2,249, o que valida a regressão, uma vez que todos os valores se encontram abaixo do valor 10, não apresentando problemas de multicolinearidade.

A tabela 9 apresenta os resultados da análise de regressão realizada. O modelo é válido em termos globais, significando que é em geral estatisticamente significativo para explicar a divulgação de provisões ( $F = 3,743$ ;  $p\text{-value} < 0,05$ ), aceitamos, portanto, a hipótese de que existem variáveis que assumem valores diferentes de zero.

Ainda, para confirmar a não existência de erros independentes é avaliado o teste de Durbin Watson. Como o valor do teste de Durbin Watson é 2,066, considera-se que não existem evidências de autocorrelação.

A obtenção de um  $R^2$  ajustado de 0,194, evidencia que o poder explicativo das variáveis independentes na variação da divulgação de provisões é de 19%.

À semelhança da generalidade dos estudos, tais como, Street e Gray (2002), Guerreiro (2006), Ballas e Tzovas (2010), utilizou-se o modelo de regressão múltipla, conforme Tabela 9, controlando os efeitos para o ano, através do modelo LSDV (*Least Square Dummy Variable*). Tal implicou a inclusão de 11 variáveis *dummy* para a variável ano, dado serem 11 os anos em análise: A2005, A2006, A2007, A2008, A2009, A2010, A2011, A2012, A2013, A2014 e A2015.

**Tabela 9 – Análise de regressão**

|                         | Coeficientes | Estatística t | p-value | VIF   |
|-------------------------|--------------|---------------|---------|-------|
| Constante               | -0,252       | -0,988        | 0,324   |       |
| Dimensão                | 0,199        | 3,031         | 0,003   | 1,289 |
| RCP                     | 0,015        | 0,223         | 0,824   | 1,375 |
| ROA                     | 0,005        | 0,069         | 0,945   | 1,363 |
| Endividamento           | 0,192        | 2,733         | 0,007   | 1,472 |
| Idade da empresa        | -0,023       | -0,306        | 0,760   | 1,686 |
| Liquidez                | -0,059       | -0,857        | 0,392   | 1,421 |
| Concentração Acionista  | 0,295        | 4,483         | 0,000   | 1,285 |
| Independência do CA     | 0,129        | 1,770         | 0,078   | 1,392 |
| Setor de Atividade      | -0,483       | -3,130        | 0,002   | 1,735 |
| Tipo de Auditor         | -0,193       | -1,291        | 0,198   | 1,403 |
| Ano 2005                | 0,198        | 0,672         | 0,502   | 2,013 |
| Ano 2006                | 0,318        | 1,083         | 0,280   | 2,003 |
| Ano 2007                | 0,450        | 1,514         | 0,131   | 2,050 |
| Ano 2008                | 0,652        | 2,180         | 0,030   | 2,075 |
| Ano 2009                | 0,795        | 2,660         | 0,008   | 2,073 |
| Ano 2010                | 0,690        | 2,291         | 0,023   | 2,101 |
| Ano 2011                | 0,409        | 1,334         | 0,184   | 2,181 |
| Ano 2012                | 0,756        | 2,466         | 0,014   | 2,179 |
| Ano 2013                | 0,718        | 2,342         | 0,020   | 2,179 |
| Ano 2014                | 1,033        | 3,410         | 0,001   | 2,128 |
| Ano 2015                | 0,942        | 3,023         | 0,003   | 2,249 |
| Ajustamento do modelo:  |              |               |         |       |
| R <sup>2</sup>          | 0,265        |               |         |       |
| R <sup>2</sup> ajustado | 0,194        |               |         |       |
| Estatística F           | 3,743        | 0,000         |         |       |
| Durbin -Watson          | 2,066        |               |         |       |

#### 4.5. Resultados dos Testes e Discussão

Os resultados da tabela 9 mostram, tal como previsto, uma associação positiva ( $p\text{-value} < 0,05$ ) entre as variáveis dimensão, endividamento, concentração acionista e o índice de divulgação. As hipóteses H1, H4 e H6 são suportadas.

As empresas da amostra com maior dimensão cumprem mais com os requisitos de divulgação de Provisões. Os resultados corroboram a literatura prévia (Cooke, 1989; Lopes e Rodrigues, 2007; Oliveira *et al.*, 2006). Em conformidade com a teoria da agência, os custos de agência são mais elevados nas empresas de maior dimensão, o que leva estas a divulgarem mais para os reduzir. Por outro lado, a teoria dos custos políticos, defende que quanto maior for a dimensão da empresa mais elevados serão os custos políticos a suportar e, para os reduzir divulga mais informação. Tais resultados também são consistentes com a teoria dos custos políticos, dado que quanto maior for a dimensão da empresa mais elevados serão os custos políticos a suportar e, para os reduzir a empresa divulga mais informação.

Os resultados dos testes levam à aceitação da hipótese 4, ou seja, há uma relação positiva estatisticamente significativa ao nível de 5% entre o endividamento e o nível de divulgação de provisões (Costa, 2012). Esta afirmação está consistente com os resultados obtidos por Branco e Góis (2013). O contributo da teoria da agência é usado para explicar a relação entre endividamento e divulgação dado que, segundo diversos estudos (Al-Shammari, 2008; Oliveira *et al.*, 2006), as empresas altamente endividadas são as que estão sujeitas a mais altos riscos e onde se torna premente diminuir a assimetria de informação entre acionistas e credores.

A variável concentração acionista apresenta uma relação positiva estatisticamente significativa a um nível de 1% ( $p\text{-value} < 0,05$ ) com o índice de divulgação. Estes resultados corroboram estudos anteriores (Singhvi & Desai, 1971; Branco & Góis, 2013) que não encontraram evidências entre estas duas variáveis. Assim, verificamos que quanto maior a percentagem de participações qualificadas maior é o nível de divulgação.

No que respeita às restantes variáveis independentes do modelo, há várias considerações a fazer:

- a variável liquidez, na análise de correlação mostra uma associação negativa estatisticamente significativa com o índice de divulgação, mas no modelo de regressão não se confirma a relação de dependência entre as duas variáveis ( $p\text{-value} > 0,05$ ).



Rejeita-se assim a H5, ou seja, conclui-se pela não existência de relação estatisticamente significativa entre o índice de divulgação de Provisões e a liquidez da empresa. Esta ausência de relação também se constata noutros estudos prévios (Al-Shammari, 2008 e Mutawwa, 2010).

- relativamente às variáveis rendibilidade do ativo e rendibilidade do capital próprio, de acordo com os resultados obtidos no modelo de regressão, verificou-se que não estão associadas ao índice de divulgação ( $p\text{-value} > 0,05$ ). A terceira hipótese previa que existia uma relação entre a rendibilidade e o índice de divulgação, porém, através do modelo de regressão obtido não se verifica qualquer relação entre as duas variáveis, logo a hipótese é rejeitada. Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos em estudos anteriores (Oliveira *et al.*, 2006; e Wallace *et al.*, 1994), e contraria outros, (Raffournier, 1995). Couto (2013, p. 64), afirma que a inexistência desta relação se deve “ao que foi defendido por Verrecchia (1983) que refere a existência de um limite de rendibilidade abaixo do qual as empresas não encontram incentivos para divulgar informação, assim, parece que as empresas da amostra do presente estudo estarão abaixo do limiar de rendibilidade”.

A segunda hipótese deste estudo que previa uma relação negativa entre o setor de atividade e o índice de divulgação foi suportada (Lopes e Rodrigues, 2007; Oliveira *et al.*, 2006; Raffournier, 1995). Tanto na análise de correlação como no modelo de regressão verifica-se que existe uma relação negativa estatisticamente significativa ( $p\text{-value} < 0,05$ ) entre estas duas variáveis.

As restantes variáveis tipo de auditor, independência do conselho de administração e a idade da empresa não têm uma relação com o índice de divulgação ( $p\text{-value} > 0,05$ ). Portanto, as hipóteses H7, H8 e H9 são rejeitadas. Estes resultados corroboram os estudos de Lopes e Rodrigues (2007) que obtiveram uma associação positiva entre o nível de divulgação e o tipo de auditor. Al-Akra (2010) e Mutawwa (2010) chegaram às mesmas conclusões, em que a idade da empresa não tem qualquer relação com o nível de divulgação da informação financeira.



## 6. Conclusão

Este estudo analisa o grau do cumprimento das divulgações de Provisões de acordo com os requisitos exigidos na IAS 37 no anexo às demonstrações financeiras consolidadas das empresas com valores cotados na *Euronext* Lisbon, no período de 2005 a 2015, bem como identificar os fatores explicativos que o influenciam. Para tal, foi conduzida uma análise de conteúdo aos relatórios e contas de 20 empresas Portuguesas, que permitiu a construção de um índice de divulgação de provisões com 12 itens (apenas Provisões), nos quais se incluem todas as exigências de divulgação constantes da IAS 37, à exceção das divulgações referentes a Ativos e Passivos Contingentes (§ 86 a §92), sendo expectável que os resultados obtidos quanto ao nível de divulgação mostrem um incremento no período em análise, o que foi conseguido.

O índice de divulgação permitiu verificar que as empresas em análise apresentam um grau de cumprimento dos requisitos de divulgação considerado baixo (aproximadamente 44%). No período analisado, constatou-se uma ligeira evolução no grau de cumprimento, atingindo, em média, 45%. Porém, nos anos 2009 e 2010, na ótica da evolução temporal, houve um decréscimo de 3% na divulgação da norma (46% para 43%), recuperando no ano seguinte. Note-se que o valor médio de divulgação de Provisões é um valor considerado baixo por estar em causa divulgações obrigatórias. É provável que tal ocorra pelos gestores e profissionais de contabilidade destas empresas terem de formular juízos de valor quando à divulgação desta temática.

No que respeita ao segundo objetivo enunciado, a escolha das hipóteses formuladas atende à revisão da literatura e aos argumentos invocados pelas diversas teorias explicativas da divulgação. Assim, foram testadas nove hipóteses, nomeadamente a dimensão da empresa, o endividamento, setor de atividade, concentração acionista, rendibilidade, idade da empresa, liquidez, independência do conselho de administração e tipo de auditor. Os resultados do modelo revelam que as variáveis dimensão, endividamento e concentração acionista influenciam positivamente o nível de divulgação. A variável setor de atividade, pelo contrário, influencia negativamente e significativamente o índice de divulgação.

O presente estudo apresentou algumas limitações, nomeadamente a amostra que se revelou um pouco reduzida comparativamente com a inicial, pelo que sugerimos um aumento da amostra para comprovar os resultados esperados.

Uma outra limitação que se identificou foram os anos estudados, ou seja, 2005 a 2015: sugerimos, para uma investigação futura, que seja analisado o ano 2004, para posterior verificação do impacto entre a adoção voluntária e a adoção obrigatória das IAS, como também, outras variáveis explicativas, tome-se exemplo o número de reuniões executivas e do conselho de administração, a existência de CEO e de comissões de auditoria nas empresas, porque o resultado obtido de 19% para o modelo explicativo criado é demonstrativo de que podem existir outros fatores explicativos da divulgação de Provisões que não foram contemplados. Ainda, verificou-se que existe uma certa manipulação nos valores de Provisões na demonstração de resultados das empresas, para tal sugere-se que se analise a manipulação de resultados nesta vertente.

## 7. Referências Bibliográficas

- Adelopo, I. (2011). Voluntary disclosure practices amongst listed companies in Nigeria. *Advances in Accounting Incorporating Advances in International Accounting*, 27, pp. 338-345.
- Alfaiate, L. I. N. (2012). *O Impacto Das IFRS Na Relevância Da Informação Contabilística*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Almeida, E. M. de. (2010). Regulamento 1606/2002/CE : Impacto no Processo Normativo do IASB. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Almeida, Dias, Albuquerque, Carvalho, Pinheiro e Marcelino (2012a). IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: passado, presente e futuro. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, 149, pp.36-39.
- Almeida, Dias, Albuquerque, Carvalho, Pinheiro e Marcelino (2012b). IAS 37 – O projeto de substituição da norma. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, 151, pp. 51-57.
- Al-Akra, M., Ali, M. & Eddie, I. (2010). The influence of the introduction of accounting disclosure regulation on mandatory disclosure compliance: Evidence from Jordan. *The British Accounting Review*, 42, p.170-186.
- Al-Shammari, B., Brown, P., & Tarca, A. (2008). An investigation of compliance with International Accounting Standards by listed companies in the Gulf Co-Operation Council member states. *The International Journal of Accounting*, 43, 425-447.
- Ballas, A., & Tzovas, C. (2010), An empirical investigation of Greek firms compliance to IFRS disclosure requirements, *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 2(1), p. 40-62.
- Bianchi, M. T. M. (2009). Processo Preparatório De Transição Pcc Para Ncrf/Snc: Motivações E Impactes. Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

- Branco, L. P. S., & Góis, C. G. (2013). Relato Financeiro – A Importância E Os Determinantes Da Divulgação Voluntária. *Análise Da Divulgação Voluntária Nas Empresas Em Portugal*.
- Cooke, T. E. (1989). Disclosure In The Corporate Annual Reports Of Swedish Companies. *Accounting and Business Research*, 19(74), 113-124.
- Cooke, T. E. (1992). The Impact of Size, Stock Market Listing and Industry Type on Disclosure in the Annual Reports of Japanese Listed Corporations. *Accounting & Business Research (Wolters Kluwer UK)*, 22(87), 229-237.
- Costa, C. B. e Alves, G. C. (1999). Contabilidade Financeira, 3ª Edição, Vislis Editora.
- Couto, M. (2013). Cumprimento dos requisitos de divulgação dos ativos intangíveis. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de Aveiro.
- Costa, F. J. F. (2012). A divulgação dos ativos fixos tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento: uma análise exploratória. Dissertação de Mestrado. Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho.
- Cravo, D. e Carmo, C. (2000). Provisões e Contingências: Evolução Conceptual. *Jornal da Contabilidade*, 280, p.202-208.
- Cunha, V.L. M. & Martins, A. (2007). O conselho de administração e o desempenho das sociedades. *Contabilidade e Gestão*, 4, pp. 67-92.
- Dumontier, P. e B. Raffournier (1998). Why Firms Comply Voluntarily with IAS: na Empirical Analysis with Swiss Data, *Journal of International Financial Management and Accounting*, 9:3, 216-245
- El-Gazzar, S. M., Finn, P. M., & Jacob, R. (1999). An empirical investigation of multinational firms' compliance with International Accounting Standards. *The International Journal of Accounting*, 34(2), 239-248.
- Ereira, S. M. (2007). O relato do risco: Uma Análise no contexto das Empresas Cotadas na *Euronext Lisbon*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Leiria.

- Guerreiro, M. (2006). Impacto da adopção das International Financial Reporting Standards: fatores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas, *Contabilidade e Gestão*, 3, p. 7-32.
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L.L., & Craig, R. (2008). The preparedness of companies to adopt International Financial Reporting Standards: Portuguese evidence. *Accounting Forum*, 32, p.75-88.
- Hossain, M., M. H. B. Perera & A. Rahman. (1995). Voluntary disclosure in the Annual Reports of New Zealand Companies, *Journal of International Financial Management and Accounting*, 6(1), 69-81.
- Jensen, M.C. & Meckling, W.H. (1976), "Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure", *Journal of Financial Economics*, 3 (4), pp. 305-360.
- Lopes, P.T., & Rodrigues, L.L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 42 (1), 25-56.
- Marques, C. I. C. (2015). Provisões e Contingências Análise das divulgações das entidades do Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.
- Marcelino, M.M. (2013). A Influência da Cultura e do Julgamento Profissional sobre a Contabilidade: uma análise sob o ponto de vista dos preparadores da informação em Portugal. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Lisboa.
- Michaïlesco, C. (1999). The determinants of the quality of accounting information disclosed by French listed companies. *EAA Congress, Bordeaux, France*, pp. 1-20.
- Monteiro, P. (2015). Determinantes da Extensão e Seletividades da Divulgação sobre Responsabilidade Social: evidência nas empresas cotadas Portuguesas. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.
- Morais, A. I., & Lourenço, I. C. (2005). Aplicação das Normas do IASB em Portugal. Lisboa: Publisher Team.

- Morris, R. D. (1987), "Signalling, Agency Theory and Accountig Policy Choise", *Accounting and Business Research*, pp. 47-56.
- Mota, N. (2003). *Ownership structure and firm performance: the Portuguese evidence*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia do Porto, Portugal.
- Murphy, A. B. (1999). Firm Characteristics of Swiss Companies that Utilize International Accounting Standards, *The International Journal of Accounting*, 34 (1), pp. 121-131.
- Mutawwa, A. (2010), Disclosure Level And Compliance With IFRS: An Empirical Investigation Of Kuwaiti Companies, *International Business & Economics Research Journal*, 9(5), p.33-50.
- Oliveira, L., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2006). Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the Portuguese stock market. *Journal of Human Resource Costing & Accounting*, 10(1), 11-33.
- Oliveira, J. (2007), Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português, *Contabilidade e Gestão*, 4, p.19-68.
- Oliveira, J., Rodrigues, L.L. e Craig, R. (2011). Voluntary risk reporting to enhance institutional and organizations legitimacy – Evidence from Portuguese banks. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, 9 (3) pp. 271-288.
- Owusu-Ansah, S. (1998), The impact of corporate attributes on the extent of mandatory disclosure and reporting by listed companies in Zimbabwe, *The International Journal f Accounting*, 33 (5), p. 605-631.
- Pereira, J.M. (2013). O impacto da Composição do Conselho de Administração nas Medidas de Performance Financeira nas Sociedades Portuguesas Cotadas em Bolsa (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Gestão, Universidade de Lisboa.
- Pires, A. M. M.; Rodrigues, F. J. P. A. (2005). Contabilidade – Da evolução contabilística na UE ao Decreto-Lei nº 35/2005, *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, nº 31 de dezembro 2005.



- Raffournier, B. (1995). The determinants of voluntary financial disclosure by Swiss listed companies. *European Accounting Review*, 4(2), p.261-280;
- Rahman, A., H. Perera & S. Ganesh (2002) Accounting Practice Harmony, Accounting Regulation and Firm Characteristics, *ABACUS*, 3(1), 46-77.
- Rodrigues, E. N. (2012). Corporate Governance: A Relação entre As Características do Conselho de Administração e o Desempenho das Empresas na Euronext Lisbon. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e finanças Empresariais. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Ross, S. A. (2009). The Determination of Financial Structure: The Incentive-Signalling Approach. *The Bell Journal of Economics*, 8 (1), pp. 23-40.
- Saraiva, H.I.B., Alves, M.C.G. e Gabriel, V.M.S. (2015). Normalização contabilística em Portugal: a sua evolução e situação atual. *Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas*.
- Singhvi, S.S. & H. B. Desai (1971). An Empirical Analysis of the Quality of Corporate Financial Disclosure, *The Accounting Review*, 4 (1), pp. 129-138.
- Sierra, L., Zorio, A., & García-Benau, M.A. (2013). Sustainable development and assurance of corporate social responsibility reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20, pp. 359-370.
- Street, D. L. & Gray, S. J. (2002). Factors Influencing the Extent of Corporate Compliance with International Accounting Standards: Summary of a Research Monograph. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 11, 51-76.
- Wallace, R. S. O., Naser, K. (1994). The Relationship Between the Comprehensiveness of Corporate Annual Reports and Firm Characteristics in Spain. [Article]. *Accounting & Business Research* (Wolters Kluwer UK), 25 (97), p. 41-53.
- Watts, R.L. e Zimmerman, J.L. (1978), "Towards a positive theory of the determination of accounting standards", *The Accounting Review*, 53 (1), pp. 112-134.
- Vieira, R. (2015). Motivações na Escolha do Modelo de Governação: evidência nas empresas cotadas Portuguesas. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de Aveiro.

Zorio, A., García-Benau, M.A., & Sierra, L. (2013). Sustainability Development and Quality of Assurance Reports: Empirical Evidence. *Business Strategy and the Environment*, 22, pp. 484-500

# ANEXOS



## Anexo 1 - Grelha de requisitos de divulgação exigidos pela IAS 37

|                              | Divulgações  | Sim | Não | NA |
|------------------------------|--|-----|-----|----|
| <b>PROVISÕES</b>             |  |     |     |    |
| §84                          | A entidade possui provisões?   |     |     |    |
|                              | Se sim, divulga:   |     |     |    |
|                              | - a quantia escurada no começo e no fim do período?  |     |     |    |
|                              | - as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?  |     |     |    |
|                              | - as quantias usadas (incorridas e debitadas à provisão) durante o período?  |     |     |    |
|                              | - quantias não usadas revertidas durante o período?  |     |     |    |
|                              | - o aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto?   |     |     |    |
| §85                          | Para cada classe de provisão, divulga:   |     |     |    |
|                              | - uma breve descrição da natureza da obrigação?  |     |     |    |
|                              | - uma breve descrição do momento de ocorrência esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos resultantes?                          |     |     |    |
|                              | - uma indicação das incertezas acerca da quantia ou do momento de ocorrência desses exfluxos?  |     |     |    |
|                              | - os principais pressupostos feitos com respeito a acontecimentos futuros?   |     |     |    |
|                              | - a quantia de qualquer reembolso esperado (declarando a quantia de qualquer ativo que tenha sido reconhecido para esse reembolso esperado)? |     |     |    |
| <b>PASSIVOS CONTINGENTES</b> |  |     |     |    |
| §86                          | A entidade possui Passivos Contingentes?   |     |     |    |
|                              | Se sim, para cada classe de Passivo Contingente, divulga:  |     |     |    |
|                              | - uma breve descrição da natureza dos passivos contingentes , no fim do período de relato?   |     |     |    |
|                              | - uma estimativa do seu efeito financeiro?   |     |     |    |
|                              | - uma indicação das incertezas que se relacionam com a quantia ou momento de ocorrência de qualquer exfluxo ?                                |     |     |    |
|                              | - a possibilidade de qualquer reembolso?   |     |     |    |
|                              | Se não, divulga:   |     |     |    |
|                              | - porque não é praticável fazê-lo?   |     |     |    |
|                              | A entidade possui Provisões e Passivos Contingentes que sejam provenientes do mesmo conjunto de circunstâncias?                              |     |     |    |
| §88                          | Se sim, divulga:   |     |     |    |
|                              | - a quantia escurada no começo e no fim do período?  |     |     |    |
|                              | - as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?  |     |     |    |
|                              | - as quantias usadas (incorridas e debitadas à provisão) durante o período?  |     |     |    |
|                              | - quantias não usadas revertidas durante o período?  |     |     |    |
|                              | - o aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto?   |     |     |    |
| <b>ATIVOS CONTINGENTES</b>   |  |     |     |    |
| §89                          | A entidade possui Ativos Contingentes?   |     |     |    |
|                              | Se sim, divulga:   |     |     |    |
|                              | - uma breve descrição da natureza dos ativos contingentes, no fim do período de relato?  |     |     |    |
|                              | - uma estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável)?   |     |     |    |
| §90                          | As divulgações de ativos contingentes evitam dar indicações enganosas da probabilidade de surgirem rendimentos?                              |     |     |    |
| § 91                         | Se não, divulga:   |     |     |    |
|                              | - porque não é praticável fazê-lo?   |     |     |    |
| §92                          | As questões das divulgações anteriores de Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes prejudicam a posição da entidade?           |     |     |    |
|                              | Se sim, divulga:   |     |     |    |
|                              | - a natureza geral da questão?   |     |     |    |
|                              | - e, por que razão a informação não foi divulgada?   |     |     |    |



## **Anexo 2 - Empresas da amostra**

---

### **Identificação das empresas**

---

Brisa Concessão Rodoviária, SA  
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA  
Cofina - SGPS,S.A.  
Corticeira Amorim - SGPS, SA  
Estoril Sol - SGPS, SA  
Galp Energia - SGPS, SA  
Glintt - Global Intelligent Technologies - SGPS, SA  
Grupo Media Capital - SGPS, SA  
SDC Investimentos -SGPS, SA  
Ibersol - SGPS, SA  
Impresa, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA  
Jerónimo Martins - SGPS, SA  
Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, SA  
Mota-Engil, SGPS, SA  
Semapa - Sociedade Investimento e Gestão, SGPS, SA  
Sonae - SGPS, SA  
SONAECOM - SGPS, SA  
Sumol Compal, SA  
Teixeira Duarte, SA

---